MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE
Estado do Paraná
www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ 76.995.380/0001-03

DFD Nº 09/2024

São Jorge D'Oeste/Pr, 01 de novembro de 2023.

Da: Secretaria de Saúde

Para: EQUIPE TÉCNICADE LICITAÇÃO

O presente DFD, encontra-se embasado no Art. 31. Do Decreto municipal 3927/2023, que diz: o procedimento para elaboração do Plano de Contratações Anual inicia-se com o preenchimento do DFD pelo setor requisitante, contendo as seguintes informações:

I - JUSTIFICATIVA;

Considerando a grande quantidade de aparelhos de ar condicionado instalados nas unidades de saúde, que faz-se constante a necessidade de realizar manutenção preventiva e corretiva bem como eventuais instalação de aparelhos novos.

II - DESCRIÇÃO DO OBJETO;

Contratação de empresa objetivando a futura ou eventual aquisição de peças de reposição e serviços especializados para conserto, limpeza e higienização de condicionadores de ar da secretaria municipal de saúde de São Jorge D'Oeste-PR.

III - TIPO DE ITEM, DE ACORDO COM OS SISTEMAS DE CATALOGAÇÃO DE MATERIAL OU DE SERVIÇOS, UNIDADE DE FORNECIMENTO E QUANTIDADE A SER CONTRATADA;

Item	Nome do produto/serviço	Qtde.	Unidade
1.	Cabo PP 2X1,5 mm	100	MT
2.	Cabo PP 4x1,5mm	100	METRO
3.	Capacitor permanente 20 UF 250 V	15	PÇ
4.	Capacitor permanente 25 UF 250 V	15	PÇ
5.	Capacitor permanente 30 UF 380 V	15	PÇ
6.	Capacitor permanente 35 UF 380 V	15	PÇ
7.	Capacitor permanente 40 UF 380 V	15	PÇ
8.	Capacitor permanente 45 UF 380 V	15	PÇ
9.	Capacitor permanente 50 UF 380 V	15	PÇ

10.	Carga de gás refrigerante R-22	10	KG
11.	Carga de gás refrigerante R-410	20	UN
12.	Compressor rotativo para ar condicionado SPLIT até 36.000 BTUS/H	10	UN
13.	Filtro para ar condicionado até 18.000 BTus	20	PÇ
14.	Motor do ventilador da condensadora da split 9.000 Á 18.000 btus .	10	PÇ
15.	Placa controle eletrônico do ar condicionado CBA 09A	05	PÇ
16.	Placa eletrônica ar condicionado tipo split 12000 frio	05	PÇ
17.	Placa eletrônica ar condicionado tipo split 12000 quente e frio	05	PÇ
18.	Placa eletrônica ar condicionado tipo split 18000 btus	05	PÇ
19.	Placa eletrônica ar condicionado tipo split 36000 btus	05	
20.	Placa eletrônica do ar condicionado tipo split 9000 btus	05	PÇ
21.	Placa eletrônica do controle ar condicionado tipo split BE09F	05	PÇ
22.	Serviços de mão de obra mecânica com técnico especializado, para consertos de ar condicionado nos prédios públicos do município de São Jorge D'Oeste - PR, com serviços e deslocamentos até os locais já inclusos.	120	HORA
23.	Serviços de mão de obra para limpeza e higienização dos condicionadores de ar de 9.000 até 36.000 BTUs. Com fornecimento de certificado de limpeza.	100	US
24.	Suporte para condicionadores de ar 400 mm	10	PÇ
25.	Suporte para condicionadores de ar 500 mm	10	PÇ
26.	Tubo de cobre ½"	20	MT
27.	Tubo de cobre 1/4	20	MT
28.	Tubo de cobre 3/8	20	MT
29.	Tubo de cobre 5/8	20	MT
30.	Tubo esponjoso 1/2	20	PÇ
31.	Tubo esponjoso 1/4	20	PÇ
32.	Tubo esponjoso 3/8	20	PÇ
33.	Válvula de serviço 1/2	10	PÇ
34.	Válvula de serviço 1/4	10	PÇ
35.	Válvula de serviço 3/8	10	PÇ
36.	Prestação de Serviços para instalação de condicionador de ar de 9.000 BTUS, com fornecimento de peças, suporte, gás, fios, tubulação e demais materiais necessários para instalação.	50	UN
37.	Prestação de Serviços para instalação de condicionador de ar de 12.000 BTUS, com fornecimento de peças, suporte, gás, fios, tubulação e demais materiais necessários para instalação.	50	UN
38.	Prestação de Serviços para instalação de condicionador de ar de 18.000 BTUS, com fornecimento de peças, suporte, gás, fios, tubulação e demais materiais necessários para instalação.	50	UN

MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE
Estado do Paraná
www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ 76.995.380/0001-03

IV - ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO COM A INDICAÇÃO DO VALOR CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DO PLANO;

Um será de solicitação imediata pois temos vários aparelhos de ar condicionado necessitando de manutenção.

V - PREVISÃO DE DATA DESEJADA PARA A CONTRATAÇÃO;

imediata

VI - GRAU DE PRIORIDADE DA COMPRA OU CONTRATAÇÃO;

(ALTO)

VII - SE HÁ VINCULAÇÃO OU DEPENDÊNCIA COM A CONTRATAÇÃO DE OUTRO DFD PARA SUA EXECUÇÃO, VISANDO A DETERMINAR A SEQUÊNCIA EM QUE AS RESPECTIVAS CONTRATAÇÕES SERÃO REALIZADAS;

Não possuí

VIII - CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA ATÉ NÍVEL DE ELEMENTO E DESDOBRAMENTOS;

(Inserir dados coletados junto a contabilidade)

SECRETÁRIO DE SAÚDE

Decreto nº 3709/2022

MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE
Estado do Paraná
www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ 76.995.380/0001-03

DFD Nº 02/2024

São Jorge D'Oeste/Pr, 23 de janeiro de 2024.

Da: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Para: EQUIPE TÉCNICA DE LICITAÇÃO

O presente DFD, encontra-se embasado no Art. 31. Do Decreto municipal 3927/2023, que diz: o procedimento para elaboração do Plano de Contratações Anual inicia-se com o preenchimento do DFD pelo setor requisitante, contendo as seguintes informações:

I - JUSTIFICATIVA;

A contratação se faz necessária, visto que as manutenções rotineiras e adequadas mantem o equipamento em funcionamento, podendo assim criar um ambiente mais propício ao desenvolvimento do trabalho, gerando assim melhor rendimento e resultados satisfatórios.

II - DESCRIÇÃO DO OBJETO;

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para instalação e retirada de condicionador de ar, limpeza e higienização com retirada do aparelho, manutenção com fornecimento de gás, fornecimento de cortinas de ar e fornecimento de peças para reposição quando necessário para o concerto de condicionadores e cortinas de ar do Município de São Jorge D'Oeste.

III - TIPO DE ITEM, DE ACORDO COM OS SISTEMAS DE CATALOGAÇÃO DE MATERIAL OU DE SERVIÇOS, UNIDADE DE FORNECIMENTO E QUANTIDADE A SER CONTRATADA;

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTDE.
1	SERVIÇO DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, CONSERTO DOS CONDICIONADORES DE AR COM RETIRADA DO APARELHO DE 9.000 BTU ATÉ 18.000 BTUS.	UND	150
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR DE 9.000 BTUS ATÉ 18.000 BTUS.	UND	40
3	CAPACITOR 20 UF	UND	10
4	CAPACITOR 25 UF	UND	10

5	CAPACITOR 30 UF	UND	15
6	CAPACITOR 35 UF	UND	10
7	CAPACITOR 40 UF	UND	10
8	CAPACITOR 45 UF	UND	10
9	CAPACITOR 50 UF	UND	10
10	COMPRESSOR 12.000 BTU	UND	10
11	COMPRESSOR 30.000 BTU	UND	5
12	GÁS R22KG	KG	30
13	GÁS R410KG	KG	30
14	TUBULAÇÃO ¼ X ½	MT	20
15	TUBULAÇÃO ¼ X 3/8	MT	20
16	MOTOR DE VENTILADOR DA CONDENSADORA DA SPLIT DE 9.000 A 18.000 BTU0	UND	15
17	HORA ESPECIALIZADA MAO DE OBRA CONSERTO	UND	120
18	CABO PP 2X1,5 MM	MT	70
19	CABO PP 4X1,5MM	MT	70
20	FILTRO PARA AR CONDICIONADO ATÉ 18.000 BTU	UND	20
21	PLACA CONTROLE ELETRÔNICO DO AR CONDICIONADO CBA 09 A	UND	5
22	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12000 BTU FRIO	UND	5
23	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12000 BTU QUENTE E FRIO	UND	5
24	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18000 BTU	UND	5
25	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 9000 BTU	UND	5
26	PLACA ELETRÔNICA DO CONTROLE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT BE09F	UND	5
27	SUPORTE PARA CONDICIONADORES DE AR 400 MM	UND	10

28	SUPORTE PARA CONDICIONADORES DE AR 500 MM	UND	10
29	TUBO DE COBRE 1/2	MT	20
30	TUBO DE COBRE 1/4	MT	20
31	TUBO DE COBRE 3/8	MT	20
32	TUBO DE COBRE 5/8	MT	20
33	TUBO ESPONJOSO 1/2	MT	20
34	TUBO ESPONJOSO 1/4	MT	20
35	TUBO ESPONJOSO 3/8	MT	20
36	TUBO ESPONJOSO 5/8	MT	20
37	VALVULA DE SERVIÇO 1/2	UND	10
38	VALVULA DE SERVIÇO 1/4	UND	10
39	VALVULA DE SERVIÇO 3/8	UND	10
40	CORTINAS DE AR: Voltagem: 220V – 60 Hz, com controles e acionamentos também via remoto. Com no mínimo as seguintes dimensões (CxAxP) 200x22x16 cm. Acompanhar: Controle remoto, cortina de ar, suportes para instalações em paredes e todo material necessário para instalação e funcionamento.	UND	3
41	Compressor rotativo para ar condicionado SPLIT até 36.000 BTUS/H	UND	15
42	Placa eletrônica ar condicionado tipo split 36000 btus	PÇ	10

IV - ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO COM A INDICAÇÃO DO VALOR CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DO PLANO;

OBJETO: MANUTENÇÃO ARES

	NOME DA EMPRESA	CNPJ	Observação
COTAÇÃO 1	VS INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AR-CONDICIONADO	44.979.931/0001-59	16/11/23
COTAÇÃO 2	LUIS RUVIARO	36.710.327/0001-02	18/01/24
COTAÇÃO 3	PORTO E CASTRO CONSULTORIA LTDA	45.890.000/0001-42	17/01/24

									VALOR R$
ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	COT 1	COT 2	COT 3	MENOR PREÇO	MAIOR PREÇO	MÉDIA SIMPLES	Valor Global
1	SERVIÇO DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, CONSERTO DOS CONDICIONADORES DE AR COM RETIRADA DO APARELHO DE 9.000 BTU ATÉ 18.000 BTUS.	UND	250	150,00	130,00	350,00	130,00	350,00	210,00	32.500,00
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR DE 9.000 BTUS ATÉ 36.000 BTUS.	UND	40	350,00	250,00	450,00	250,00	450,00	350,00	10.000,00
3	CAPACITOR 20 UF	UND	20	50,00	35,00	24,90	24,90	50,00	36,63	498,00
4	CAPACITOR 25 UF	UND	20	50,00	35,00	35,40	35,00	50,00	40,13	700,00
5	CAPACITOR 30 UF	UND	20	60,00	45,00	59,00	45,00	60,00	54,67	900,00
6	CAPACITOR 35 UF	UND	20	60,00	48,00	64,00	48,00	64,00	57,33	960,00
7	CAPACITOR 40 UF	UND	20	70,00	55,00	49,00	49,00	70,00	58,00	980,00
8	CAPACITOR 45 UF	UND	20	75,00	60,00	73,00	60,00	75,00	69,33	1.200,00
9	CAPACITOR 50 UF	UND	20	80,00	65,00	76,00	65,00	80,00	73,67	1.300,00
10	COMPRESSOR 12.000 BTU	UND	10	1.500,00	1.180,00	649,00	649,00	1.500,00	1.109,67	6.490,00

11	COMPRESSOR 30.000 BTU	UND	5	2.500,00	1.780,00	1.568,00	1.568,00	2.500,00	1.949,33	7.840,00
12	GÁS R22KG	KG	40	200,00	170,00	86,33	86,33	200,00	152,11	3.453,20
13	GÁS R410KG	KG	50	250,00	200,00	81,33	81,33	250,00	177,11	4.066,50
14	TUBULAÇÃO ¼ X ½	MT	20	80,00	61,00	20,00	20,00	80,00	53,67	400,00
15	TUBULAÇÃO ¼ X 3/8	MT	20	50,00	57,00	49,50	49,50	57,00	52,17	990,00
16	MOTOR DE VENTILADOR DA CONDENSADORA DA SPLIT DE 9.000 A 18.000 BTU0	UND	25	350,00	340,00	520,00	340,00	520,00	403,33	8.500,00
17	HORA ESPECIALIZADA MAO DE OBRA CONSERTO	UND	200	350,00	150,00	140,00	140,00	350,00	213,33	28.000,00
18	CABO PP 2X1,5 MM	MT	120	20,00	8,00	6,00	6,00	20,00	11,33	720,00
19	CABO PP 4X1,5MM	MT	120	35,00	15,00	9,85	9,85	35,00	19,95	1.182,00
20	FILTRO PARA AR CONDICIONADO ATÉ 18.000 BTU	UND	35	80,00	60,00	260,00	60,00	260,00	133,33	2.100,00
21	PLACA CONTROLE ELETRÔNICO DO AR CONDICIONADO CBA 09 A	UND	10	60,00	70,00	190,00	60,00	190,00	106,67	600,00
22	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12000 BTU FRIO	UND	10	550,00	500,00	530,00	500,00	550,00	526,67	5.000,00
23	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12000 BTU QUENTE E FRIO	UND	10	750,00	650,00	538,00	538,00	750,00	646,00	5.380,00
24	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18000 BTU	UND	10	930,00	730,00	518,00	518,00	930,00	726,00	5.180,00
25	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 9000 BTU	UND	10	470,00	450,00	518,00	450,00	518,00	479,33	4.500,00
26	PLACA ELETRÔNICA DO CONTROLE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT BE09F	UND	10	595,00	180,00	2.240,00	180,00	2.240,00	1.005,00	1.800,00
27	SUPORTE PARA CONDICIONADORES DE AR 400 MM	UND	20	92,00	40,00	68,00	40,00	92,00	66,67	800,00
28	SUPORTE PARA CONDICIONADORES DE AR 500 MM	UND	20	105,00	65,00	78,00	65,00	105,00	82,67	1.300,00
29	TUBO DE COBRE 1/2	MT	40	35,00	36,00	55,00	35,00	55,00	42,00	1.400,00

30	TUBO DE COBRE 1/4	MT	40	45,00	25,00	20,00	20,00	45,00	30,00	800,00
31	TUBO DE COBRE 3/8	MT	40	64,00	32,00	49,50	32,00	64,00	48,50	1.280,00
32	TUBO DE COBRE 5/8	MT	40	87,00	42,00	72,50	42,00	87,00	67,17	1.680,00
33	TUBO ESPONJOSO 1/2	MT	40	10,00	7,00	11,00	7,00	11,00	9,33	280,00
34	TUBO ESPONJOSO 1/4	MT	40	10,00	7,00	13,50	7,00	13,50	10,17	280,00
35	TUBO ESPONJOSO 3/8	MT	40	12,00	7,00	15,00	7,00	15,00	11,33	280,00
36	TUBO ESPONJOSO 5/8	MT	40	14,00	8,00	17,00	8,00	17,00	13,00	320,00
37	VALVULA DE SERVIÇO 1/2	UND	20	150,00	160,00	54,00	54,00	160,00	121,33	1.080,00
38	VALVULA DE SERVIÇO 1/4	UND	20	170,00	90,00	45,00	45,00	170,00	101,67	900,00
39	VALVULA DE SERVIÇO 3/8	UND	20	210,00	110,00	52,00	52,00	210,00	124,00	1.040,00
40	CORTINAS DE AR: Voltagem: 220V – 60 Hz, com controles e acionamentos também via remoto. Com no mínimo as seguintes dimensões (CxAxP) 200x22x16 cm. Acompanhar: Controle remoto, cortina de ar, suportes para instalações em paredes e todo material necessário para instalação e funcionamento.	UND	3	2.300,00	1.450,00	1.849,00	1.450,00	2.300,00	1.866,33	4.350,00
41	Compressor rotativo para ar condicionado SPLIT até 36.000 BTUS/H	UND	15	3.650,00	2.700,00	3.540,00	2.700,00	3.650,00	3.296,67	40.500,00
42	Placa eletrônica ar condicionado tipo split 36000 btus	PÇ	10	3.100,00	1.600,00	1.178,00	1.178,00	3.100,00	1.959,33	11.780,00

Responsável pela cotação

PAULO DUARTE DA SILVA

OBS.: FOI REALIZADO PESQUISA DE PREÇO EM EMPRESAS DOS MUNICÍPIOS DE SÃO JORGE D'OESTE - PR E DOIS VIZINHOS - PR, FOI ADOTADO CRITERIO DE APURAÇÃO DE MENOR PREÇO ENTRE OS ORÇAMENTOS.

São Jorge D'Oeste, 22 JANEIRO de 2024.

APROVAÇÃO:

TOTAL: **203.309,70**

| | COMPRA DIRETA

| | CONTRATO

|X | LICITAÇÃO

ASSINATURA DO RESPONSAVEL

60

V - PREVISÃO DE DATA DESEJADA PARA A CONTRATAÇÃO;

20/02/2024

VI - GRAU DE PRIORIDADE DA COMPRA OU CONTRATAÇÃO;

O grau de prioridade da compra é considerado alto visto que há necessidade de realizar a manutenção dos ares condicionados das instituições pertencentes ao município.

VII - SE HÁ VINCULAÇÃO OU DEPENDÊNCIA COM A CONTRATAÇÃO DE OUTRO DFD PARA SUA EXECUÇÃO, VISANDO A DETERMINAR A SEQUÊNCIA EM QUE AS RESPECTIVAS CONTRATAÇÕES SERÃO REALIZADAS;

Não se aplica ante a singularidade do objeto.

CLARICE MADALENA SCHMITT AUGUSTIN
Secretária de Educação, Cultura e Esportes
Designada pelo Decreto n° 4104/2024

MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

DFD Nº 002/2024

São Jorge D'Oeste/Pr, 01 de fevereiro de 2024.

Da: Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças

Para: EQUIPE TÉCNICA DE LICITAÇÃO

O presente DFD, encontra-se embasado no Art. 31. Do Decreto municipal 3927/2023, que diz : o procedimento para elaboração do Plano de Contratações Anual inicia-se com o preenchimento do DFD pelo setor requisitante, contendo as seguintes informações:

I - JUSTIFICATIVA;

A presente demanda, dar-se-á, mediante a necessidade de realizar a instalação e manutenção em Condicionadores de Ar e Cortinas de Ar da Administração Pública Municipal de São Jorge D'Oeste, em todas as suas esferas. Tais manutenções podem ocorrer de forma preventiva bem como corretivas, dentro da necessidade de cada secretaria.

Já dizia Jorge Ben Jor: *"Moro num país tropical abençoado por Deus e bonito por natureza".* E por toda sua tropicalidade, o Brasil é um país com temperaturas que merecem certa atenção, especialmente no verão. Não à toa, os aparelhos de ar-condicionado são indispensáveis para os diversos setores.

Além disso, é impossível negar o conforto de um ambiente refrigerado ou aquecido por um ar-condicionado inteligente. O ambiente fica muito mais agradável, melhora o bem-estar das pessoas que o frequentam e tem a capacidade, até, de diminuir o estresse.

Indo adiante em quesitos de conforto, alguns setores e departamentos o bom funcionamento do ar-condicionado é essencial e não de conforto, como é o exemplo da secretaria de saúde que dispõem de várias salas de armazenagem de vacinas, medicações e insumos que dependem de um clima controlado, evitando perdas e danos.

Da mesma forma, as secretarias que possuem servidores e sistemas de tecnologia avançados, dependem de espaços climatizados, evitando que tais equipamentos acabem danificados ou mesmo provocando acidentes, colocando em risco a segurança de servidores e usuários do sistema público.

II - DESCRIÇÃO DO OBJETO;

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para instalação e retirada de condicionar de ar, limpeza e higienização com a retirada do aparelho, manutenção com fornecimento de gás e peças de reposição necessárias para o conserto

de condicionadores e aquisição de cortinas de ar, para diversas secretarias do município de São Jorge D'Oeste.

III - TIPO DE ITEM, DE ACORDO COM OS SISTEMAS DE CATALOGAÇÃO DE MATERIAL OU DE SERVIÇOS, UNIDADE DE FORNECIMENTO E QUANTIDADE A SER CONTRATADA;

LOTE	Nº	PRODUTO/SERVIÇO	UND	QTDE.	UNIT.	TOTAL
1	1	SERVIÇO DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, CONSERTO DOS CONDICIONADORES DE AR COM RETIRADA DO APARELHO DE 9.000 BTU ATÉ 36.000 BTUS.	HORAS	150	R$ 130,00	R$ 19.500,00
	2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR E CORTINA DE AR DE 9.000 BTUS ATÉ 36.000 BTUS.	UND	40	R$ 250,00	R$ 10.000,00
	3	CAPACITOR PERMANENTE 20 UF 250V	UND	10	R$ 24,90	R$ 249,00
	4	CAPACITOR PERMANENTE 25 UF 250V	UND	10	R$ 35,00	R$ 350,00
	5	CAPACITOR PERMANENTE 30 UF 380V	UND	10	R$ 45,00	R$ 450,00
	6	CAPACITOR PERMANENTE 35 UF 380V	UND	10	R$ 48,00	R$ 480,00
	7	CAPACITOR PERMANENTE 40 UF 380V	UND	10	R$ 49,00	R$ 490,00
	8	CAPACITOR PERMANENTE 45 UF 380V	UND	10	R$ 60,00	R$ 600,00
	9	CAPACITOR PERMANENTE 50 UF 380V	UND	10	R$ 65,00	R$ 650,00
	10	COMPRESSOR 12.000 BTU	UND	10	R$ 649,00	R$ 6.490,00
	11	COMPRESSOR 30.000 BTU	UND	5	R$ 1.568,00	R$ 7.840,00
	12	COMPRESSOR ROTATIVO PARA AR CONDICIONADO SPLIT ATÉ 36.000 BTUS/H	UND	10	R$ 2.700,00	R$ 27.000,00
	13	GÁS R22KG	KG	30	R$ 86,33	R$ 2.589,90
	14	GÁS R410KG	KG	30	R$ 81,33	R$ 2.439,90
	15	TUBULAÇÃO ¼ X ½	MT	20	R$ 20,00	R$ 400,00
	16	TUBULAÇÃO ¼ X 3/8	MT	20	R$ 49,50	R$ 990,00

17	MOTOR DE VENTILADOR DA CONDENSADORA DA SPLIT DE 9.000 A 18.000 BTU0	UND	10	R$ 340,00	R$ 3.400,00
18	HORA ESPECIALIZADA MAO DE OBRA CONSERTO	UND	120	R$ 140,00	R$ 16.800,00
19	CABO PP 2X1,5 MM	MT	100	R$ 6,00	R$ 600,00
20	CABO PP 4X1,5MM	MT	100	R$ 9,85	R$ 985,00
21	FILTRO PARA AR CONDICIONADO ATÉ 18.000 BTU	UND	20	R$ 60,00	R$ 1.200,00
22	PLACA CONTROLE ELETRÔNICO DO AR CONDICIONADO CBA 09 A	UND	5	R$ 60,00	R$ 300,00
23	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12000 BTU FRIO	UND	5	R$ 500,00	R$ 2.500,00
24	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12000 BTU QUENTE E FRIO	UND	5	R$ 538,00	R$ 2.690,00
25	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18000 BTU	UND	5	R$ 518,00	R$ 2.590,00
26	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 9000 BTU	UND	5	R$ 450,00	R$ 2.250,00
27	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 36000 BTUS	UND	5	R$ 1.178,00	R$ 5.890,00
28	PLACA ELETRÔNICA DO CONTROLE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT BE09F	UND	5	R$ 180,00	R$ 900,00
29	SUPORTE PARA CONDICIONADORES DE AR 400 MM	UND	10	R$ 40,00	R$ 400,00
30	SUPORTE PARA CONDICIONADORES DE AR 500 MM	UND	10	R$ 65,00	R$ 650,00
31	TUBO DE COBRE 1/2	MT	20	R$ 35,00	R$ 700,00
32	TUBO DE COBRE 1/4	MT	20	R$ 20,00	R$ 400,00
33	TUBO DE COBRE 3/8	MT	20	R$ 32,00	R$ 640,00
34	TUBO DE COBRE 5/8	MT	20	R$ 42,00	R$ 840,00
35	TUBO ESPONJOSO 1/2	MT	20	R$ 7,00	R$ 140,00
36	TUBO ESPONJOSO 1/4	MT	20	R$ 7,00	R$ 140,00
37	TUBO ESPONJOSO 3/8	MT	20	R$ 7,00	R$ 140,00

	38	TUBO ESPONJOSO 5/8	MT	20	R$ 8,00	R$ 160,00
	39	VALVULA DE SERVIÇO 1/2	UND	10	R$ 54,00	R$ 540,00
	40	VALVULA DE SERVIÇO 1/4	UND	10	R$ 45,00	R$ 450,00
	41	VALVULA DE SERVIÇO 3/8	UND	10	R$ 52,00	R$ 520,00
2	42	CORTINAS DE AR: Voltagem: 220V – 60 Hz, com controles e acionamentos também via remoto. Com no mínimo as seguintes dimensões (CxAxP) 200x22x16 cm. Acompanhar: Controle remoto, cortina de ar, suportes para instalações em paredes e todo material necessário para instalação e funcionamento.	UND	3	R$ 1.450,00	R$ 4.350,00
TOTAL						**R$ 130.693,80**

IV - ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO COM A INDICAÇÃO DO VALOR CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DO PLANO;

Valor total das peças e serviços a serem contratadas: R$ 130.693,80 (Cento e Trinta Mil Seiscentos e Noventa e Três Reais e Oitenta Centavos).

V - PREVISÃO DE DATA DESEJADA PARA A CONTRATAÇÃO;

Imediata ou logo após homologação do resultado do Pregão.

VI - GRAU DE PRIORIDADE DA COMPRA OU CONTRATAÇÃO;

Urgente. ALTO

VII - SE HÁ VINCULAÇÃO OU DEPENDÊNCIA COM A CONTRATAÇÃO DE OUTRO DFD PARA SUA EXECUÇÃO, VISANDO A DETERMINAR A SEQUÊNCIA EM QUE AS RESPECTIVAS CONTRATAÇÕES SERÃO REALIZADAS;

Não há vinculação necessária, porém o presente DFD originou-se após estudo técnico com base no DFD nº 09/2024 da Secretaria Municipal de Saúde e do DFD nº 02/2024 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, bem como com a Análise Prévia a Elaboração do ETP emitido em 25 de janeiro de 2024 pela servidora Sra. Jonica Maria

Caetano, responsável pela elaboração do ETP, em que questionou a repentina elevação no número de itens a serem contratados em confrontação a pregão semelhante de anos anteriores.

Constatou-se que o setor de orçamentos somou as quantidades dos dois DFD, da Saúde e da Educação, cabendo a esta Secretaria de Administração, conduzir os trabalhos, unificando os DFD de forma atender TODAS AS SECRETARIAS.

VIII - CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA ATÉ NÍVEL DE ELEMENTO E DESDOBRAMENTOS;

Conta	Órgão/ Unidade	Funcional programática	Elemento de despesa	Fonte
830	03.001	03.001.08.244.0012.2013	3.3.90.30.25.00	000
870	03.001	03.001.08.244.0012.2013	3.3.90.39.17.00	000
1710	07.001	07.001.04.122.0004.2026	3.3.90.30.25.00	000
1770	07.001	07.001.04.122.0004.2026	3.3.90.39.17.00	000
2440	09.001	09.001.20.606.0016.2039	3.3.90.30.25.00	000
2470	09.001	09.001.20.606.0016.2039	3.3.90.39.17.00	000
2910	10.001	10.001.12.361.0013.2026	3.3.90.30.25.00	000
3000	10.001	10.001.12.361.0013.2026	3.3.90.39.17.00	000
3900	11.001	11.001.10.301.0011.2054	3.3.90.30.25.00	000
4000	11.001	11.001.10.301.0011.2054	3.3.90.39.17.00	000

IX – FISCAL DO CONTRATO;

Conforme prevê o Decreto nº. 4.116/2024, e suas alterações, ficam designados os seguintes fiscais:

SETOR	Gestor	Fiscal Técnico	Fiscal Administrativo	Fiscal Setorial
SAÚDE-FARMÁCIA	SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO	JANDRIELI LUIZA BEUS e PATRÍCIA APARECIDA MENEGOLA	ELISADRO BERTOLINI	SOMARA APARECIDA DA CRUZ
SAÚDE-ODONTOLOGIA	SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO	GIONE ANDRE SCHIO	ELISANDRO BERTOLINI	ANELIZE BALOTIN
SAUDE VEICULOS	SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO	GILSON FERNANDES	ELISANDRO BERTOLINI	ALCIONE ZENI
SAÚDE CONSULTAS/EXAMES DE IMAGEM/MATERIAIS DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO	ROSANE FATIMA LOTTI	ELISANDRO BERTOLINI	SILVANE TERESINHA HENKES

MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

SAÚDE – GERAL E EXAMES LABORATORIAIS	SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO	VALERIA CRISTINA TISATTO	ELISANDRO BERTOLINI	FABIANA ZWICKER DE SOUZA
SAÚDE – VIGILÂNCIA	SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO	SUZANA VOLPATO	ELISANDRO BERTOLINI	ALISSON VALDO WINIARSKI
EDUCAÇÃO	SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO	MARISE FRANCESCHINI DE LIMA	ALICE DE FATIMA AGOSTINI PARCIANELLO	ELIZABETE CRESTINA PEGORINI MATEI
EDUCAÇÃO-MERENDA ESCOLAR	SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO	SIMONE POLLERMANN	ALICE DE FATIMA AGOSTINI PARCIANELLO	LAURA CRISTINE RIBEIRO HAMERSKI
RODOVIÁRIO	SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO	REGINALDO BATISTA DA SILVA	ELIANE SALETE TEDESCO E SILVA	ADÉLIO BIAVATI
ESPORTE	SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO	MAURO EDSON OBERGEN	ALICE DE FATIMA AGOSTINI PARCIANELLO	JULIANO VERONESE
AGRICULTURA	SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO	MARCOS PAULO LERMEN BEZERRA	DANIEL SECCO	EGON FISCHER
SOCIAL	SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO	GESSICA APARECIDA CELESKI	GILSON OSNIR GROSS	NATIELE OURIQUE SILVA
ADMINISTRATIVO	SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO	WILSON JOSE DA SILVA	LUIZA HERPICH	EDSO LUIZ RIBEIRO DOS SANTOS
URBANISMO	SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO	WILSON JOSE DA SILVA	ELIANE SALETE TEDESCO E SILVA	IDILSO JOSE TUSSI
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO	GLACIANO DE OLIVEIRA	ELIANE SALETE TEDESCO E SILVA	JACKSON EDUARDO DE OLIVEIRA DAMBROS

LEANDRO PAGLIARI JACOBS
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS.
Decreto nº. 4.095/2024

MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

Memorando Nº 038/2024

Da: Secretaria De Administração, Contabilidade e Finanças

Para: Divisão de Contabilidade

De acordo com o Art. 46 e Art. 49, do Decreto 3.927/2023, solicitamos indicação de dotação orçamentária, conforme dotações anuais, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços para instalação e retirada de condicionador de ar, limpeza e higienização com a retirada do aparelho, manutenção com fornecimento de gás e peças de reposição necessárias para o conserto de condicionadores e aquisição de cortinas de ar, para as diversas secretarias do município.

São Jorge D'Oeste/Pr, 01 de fevereiro de 2024.

Leandro P. Jacobs

Sec. Mun. de Adm. Contab. E Finanças

TIMBRE DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL:- VS Instalação e Manutenção de ar-condicionado

CNPJ:- 44.979.931/0001-59

ENDEREÇO:-Rua Campos Novos

E-MAIL:-vilmar0911@hotmail.com

TELEFONE/CELULAR:-(46) 999830766

Solicitamos a cotação de preços para:

ITEM	PRODUTO/SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNT
1	SERVIÇO DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, CONSERTO DOS CONDICIONADORES DE AR COM RETIRADA DO APARELHO DE 9.000 BTU ATÉ 18.000 BTUS.	UND	150	150,00
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR DE 9.000 BTUS ATÉ 36.000 BTUS.	UND	40	350,00
3	CAPACITOR 20 UF	UND	10	50,00
4	CAPACITOR 25 UF	UND	10	50,00
5	CAPACITOR 30 UF	UND	15	60,00
6	CAPACITOR 35 UF	UND	10	60,00
7	CAPACITOR 40 UF	UND	10	70,00
8	CAPACITOR 45 UF	UND	10	75,00
9	CAPACITOR 50 UF	UND	10	80,00
10	COMPRESSOR 12.000 BTU	UND	10	1500,00
11	COMPRESSOR 30.000 BTU	UND	5	2500,00
12	GÁS R22KG	KG	30	200,00
13	GÁS R410KG	KG	30	250,00
14	TUBULAÇÃO ¼ X ½	MT	20	80,00

15	TUBULAÇÃO ¼ X 3/8	MT	20	50,00
16	MOTOR DE VENTILADOR DA CONDENSADORA DA SPLIT DE 9.000 A 18.000 BTU0	UND	15	350,00
17	HORA ESPECIALIZADA MAO DE OBRA CONSERTO	UND	120	350,00
18	CABO PP 2X1,5 MM	MT	70	20,00
19	CABO PP 4X1,5MM	MT	70	35,00
20	FILTRO PARA AR CONDICIONADO ATÉ 18.000 BTU	UND	20	80,00
21	PLACA CONTROLE ELETRÔNICO DO AR CONDICIONADO CBA 09 A	UND	5	60,00
22	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12000 BTU FRIO	UND	5	550,00
23	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12000 BTU QUENTE E FRIO	UND	5	750,00
24	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18000 BTU	UND	5	930,00
25	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 9000 BTU	UND	5	470,00
26	PLACA ELETRÔNICA DO CONTROLE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT BE09F	UND	5	595,00
27	SUPORTE PARA CONDICIONADORES DE AR 400 MM	UND	10	92,00
28	SUPORTE PARA CONDICIONADORES DE AR 500 MM	UND	10	105,00
29	TUBO DE COBRE 1/2	MT	20	32,00
30	TUBO DE COBRE 1/4	MT	20	45,00
31	TUBO DE COBRE 3/8	MT	20	64,00
32	TUBO DE COBRE 5/8	MT	20	87,00
33	TUBO ESPONJOSO 1/2	MT	20	10,00
34	TUBO ESPONJOSO 1/4	MT	20	10,00
35	TUBO ESPONJOSO 3/8	MT	20	12,00

36	TUBO ESPONJOSO 5/8	MT	20	14,00
37	VALVULA DE SERVIÇO 1/2	UND	10	150,00
38	VALVULA DE SERVIÇO 1/4	UND	10	170,00
39	VALVULA DE SERVIÇO 3/8	UND	10	210,00
40	CORTINAS DE AR: Voltagem: 220V – 60 Hz, com controles e acionamentos também via remoto. Com no mínimo as seguintes dimensões (CxAxP) 200x22x16 cm. Acompanhar: Controle remoto, cortina de ar, suportes para instalações em paredes e todo material necessário para instalação e funcionamento.	UND	3	2300,00
41	Compressor rotativo para ar condicionado SPLIT até 36.000 BTUS/H	UND	10	3650,00
42	Placa eletrônica ar condicionado tipo split 36000 btus	PÇ	05	3100,00

DATA, LOCAL E HORA: São Jorge do Oeste 16/11/2023

ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL QUE FORNECEU AS INFORMAÇÕES:

Vilmar Seibel

44.979.931/0001-59
VILMAR ANTONIO SEIBEL 97158962500
RUA CAMPOS NOVOS, 480
85575-000 SÃO JORGE D'OESTE - PR

VILMAR ANTONIO SEIBEL
TÉCNICO EM ELETROMECÂNICA
CRT 04
CPF 971.589.259-00

TIMBRE DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL:- Luis Ruviano 04518947908

CNPJ:- 36710327/0001-02

ENDEREÇO:- Rua Paulo Viniarski - 57

E-MAIL:- LuisRuviano@Hotmail.com

TELEFONE/CELULAR:- 46999746105

Solicitamos a cotação de preços para:

ITEM	PRODUTO/SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNT
1	SERVIÇO DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, CONSERTO DOS CONDICIONADORES DE AR COM RETIRADA DO APARELHO DE 9.000 BTU ATÉ 18.000 BTUS.	UND	150	130,00
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR DE 9.000 BTUS ATÉ 36.000 BTUS.	UND	40	250,00
3	CAPACITOR 20 UF	UND	10	35,00
4	CAPACITOR 25 UF	UND	10	35,00
5	CAPACITOR 30 UF	UND	15	45,00
6	CAPACITOR 35 UF	UND	10	47.00
7	CAPACITOR 40 UF	UND	10	55,00
8	CAPACITOR 45 UF	UND	10	60.00
9	CAPACITOR 50 UF	UND	10	65,00
10	COMPRESSOR 12.000 BTU	UND	10	1130.00
11	COMPRESSOR 30.000 BTU	UND	5	1730.00
12	GÁS R22KG	KG	30	170,00
13	GÁS R410KG	KG	30	200.00
14	TUBULAÇÃO ¼ X ½	MT	20	61.00

15	TUBULAÇÃO ¼ X 3/8	MT	20	57,00
16	MOTOR DE VENTILADOR DA CONDENSADORA DA SPLIT DE 9.000 A 18.000 BTU0	UND	15	340,00
17	HORA ESPECIALIZADA MAO DE OBRA CONSERTO	UND	120	150,00
18	CABO PP 2X1,5 MM	MT	70	8,00
19	CABO PP 4X1,5MM	MT	70	15,00
20	FILTRO PARA AR CONDICIONADO ATÉ 18.000 BTU	UND	20	60,00
21	PLACA CONTROLE ELETRÔNICO DO AR CONDICIONADO CBA 09 A	UND	5	70,00
22	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12000 BTU FRIO	UND	5	500,00
23	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12000 BTU QUENTE E FRIO	UND	5	650,00
24	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18000 BTU	UND	5	730,00
25	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 9000 BTU	UND	5	450,00
26	PLACA ELETRÔNICA DO CONTROLE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT BE09F	UND	5	170,00
27	SUPORTE PARA CONDICIONADORES DE AR 400 MM	UND	10	40,00
28	SUPORTE PARA CONDICIONADORES DE AR 500 MM	UND	10	65,00
29	TUBO DE COBRE 1/2	MT	20	36,00
30	TUBO DE COBRE 1/4	MT	20	25,00
31	TUBO DE COBRE 3/8	MT	20	32,00
32	TUBO DE COBRE 5/8	MT	20	42,00
33	TUBO ESPONJOSO 1/2	MT	20	7,00
34	TUBO ESPONJOSO 1/4	MT	20	7,00
35	TUBO ESPONJOSO 3/8	MT	20	7,00

36	TUBO ESPONJOSO 5/8	MT	20	3.00
37	VALVULA DE SERVIÇO 1/2	UND	10	160.00
38	VALVULA DE SERVIÇO 1/4	UND	10	90.00
39	VALVULA DE SERVIÇO 3/8	UND	10	110.00
40	CORTINAS DE AR: Voltagem: 220V – 60 Hz, com controles e acionamentos também via remoto. Com no mínimo as seguintes dimensões (CxAxP) 200x22x16 cm. Acompanhar: Controle remoto, cortina de ar, suportes para instalações em paredes e todo material necessário para instalação e funcionamento.	UND	3	1450.00
41	Compressor rotativo para ar condicionado SPLIT até 36.000 BTUS/H	UND	10	2700.00
42	Placa eletrônica ar condicionado tipo split 36000 btus	PÇ	05	1600.00

DATA, LOCAL E HORA: 18/01/24 São Jorge D'Oeste 21:33

ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL QUE FORNECEU AS INFORMAÇÕES:

Luis Ruviaro
CNPJ 36.710.327/0001-02

Seu Zé
Prestação de Serviços
CNPJ 49.433.703/0001-00
@seuze.prest.serv

Porto e Castro
Consultoria Ltda
CNPJ 45.890.000/0001-42
@jcastroconsultoriaflorestal

Dois Vizinhos–PR, 46.99909-4889

ENG. JULIANA CASTRO
CONSULTORIA AMBIENTAL E FLORESTAL

RAZÃO SOCIAL:-**Porto e Castro Consultoria Ltda**

CNPJ:- **45.890.000/0001-42**

ENDEREÇO:- Rua Mato Grosso Nº 80, Centro Sul, Dois Vizinhos-PR

E-MAIL:- juniorcastropp@hotmail.com

TELEFONE/CELULAR:- 46 99909-4889

Solicitamos a cotação de preços para:

ITEM	PRODUTO/SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNT
1	SERVIÇO DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, CONSERTO DOS CONDICIONADORES DE AR COM RETIRADA DO APARELHO DE 9.000 BTU ATÉ 18.000 BTUS.	UND	150	52.500
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR DE 9.000 BTUS ATÉ 36.000 BTUS.	UND	40	18.000,00
3	CAPACITOR 20 UF	UND	10	249,00
4	CAPACITOR 25 UF	UND	10	354,00
5	CAPACITOR 30 UF	UND	15	885,00
6	CAPACITOR 35 UF	UND	10	640,00

Seu Zé
Prestação de Serviços
CNPJ 49.433.703/0001-00
@seuze.prest.serv

Porto e Castro
Consultoria Ltda
CNPJ 45.890.000/0001-42
@jcastroconsultoriaflorestal

Dois Vizinhos–PR, 46.99909-4889

ENG. JULIANA CASTRO
CONSULTORIA AMBIENTAL E FLORESTAL

7	CAPACITOR 40 UF	UND	10	490,00
8	CAPACITOR 45 UF	UND	10	730,00
9	CAPACITOR 50 UF	UND	10	760,00
10	COMPRESSOR 12.000 BTU	UND	10	6.490,00
11	COMPRESSOR 30.000 BTU	UND	5	7.840,00
12	GÁS R22KG	KG	30	2.590,00
13	GÁS R410KG	KG	30	2.440,00
14	TUBULAÇÃO ¼ X ½	MT	20	400,00
15	TUBULAÇÃO ¼ X 3/8	MT	20	990,00
16	MOTOR DE VENTILADOR DA CONDENSADORA DA SPLIT DE 9.000 A 18.000 BTU0	UND	15	7.800,00
17	HORA ESPECIALIZADA MAO DE OBRA CONSERTO	UND	120	16.800,00
18	CABO PP 2X1,5 MM	MT	70	420,00
19	CABO PP 4X1,5MM	MT	70	690,00
20	FILTRO PARA AR CONDICIONADO ATÉ 18.000 BTU	UND	20	5.200,00
21	PLACA CONTROLE ELETRÔNICO DO AR CONDICIONADO CBA 09 A	UND	5	950,00
22	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12000 BTU FRIO	UND	5	2.650,00

Seu Zé
Prestação de Serviços
CNPJ 49.433.703/0001-00
@seuze.prest.serv

Porto e Castro
Consultoria Ltda
CNPJ 45.890.000/0001-42
@jcastroconsultoriaflorestal

Dois Vizinhos–PR, 46.99909-4889

ENG. JULIANA CASTRO
CONSULTORIA AMBIENTAL E FLORESTAL

23	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12000 BTU QUENTE E FRIO	UND	5	2.690,00
24	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18000 BTU	UND	5	2.590,00
25	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 9000 BTU	UND	5	2.590,00
26	PLACA ELETRÔNICA DO CONTROLE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT BE09F	UND	5	11.200,00
27	SUPORTE PARA CONDICIONADORES DE AR 400 MM	UND	10	680,00
28	SUPORTE PARA CONDICIONADORES DE AR 500 MM	UND	10	780,00
29	TUBO DE COBRE 1/2	MT	20	1.100,00
30	TUBO DE COBRE 1/4	MT	20	400,00
31	TUBO DE COBRE 3/8	MT	20	990,00
32	TUBO DE COBRE 5/8	MT	20	1.450,00
33	TUBO ESPONJOSO 1/2	MT	20	220,00
34	TUBO ESPONJOSO 1/4	MT	20	270,00
35	TUBO ESPONJOSO 3/8	MT	20	300,00
36	TUBO ESPONJOSO 5/8	MT	20	340,00

Seu Zé
Prestação de Serviços
CNPJ 49.433.703/0001-00
@seuze.prest.serv

Porto e Castro
Consultoria Ltda
CNPJ 45.890.000/0001-42
@jcastroconsultoriaflorestal

Dois Vizinhos–PR, 46.99909-4889

ENG. JULIANA CASTRO
CONSULTORIA AMBIENTAL E FLORESTAL

37	VALVULA DE SERVIÇO 1/2	UND	10	540,00
38	VALVULA DE SERVIÇO 1/4	UND	10	450,00
39	VALVULA DE SERVIÇO 3/8	UND	10	520,00
40	CORTINAS DE AR: Voltagem: 220V – 60 Hz, com controles e acionamentos também via remoto. Com no mínimo as seguintes dimensões (CxAxP) 200x22x16 cm. Acompanhar: Controle remoto, cortina de ar, suportes para instalações em paredes e todo material necessário para instalação e funcionamento.	UND	3	5.547,00
41	Compressor rotativo para ar condicionado SPLIT até 36.000 BTUS/H	UND	10	35.400,00
42	Placa eletrônica ar condicionado tipo split 36000 btus	PÇ	05	5.890,00

Obs. Orçamento valido por 30 dias.

17 de janeiro de 2024, Dois Vizinhos-PR as 14h00.

José Dias de Castro Júnior
Responsável

skymail
SOLUÇÕES EM NUVEM

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO.

De compras2 <compras2@pmsjorge.pr.gov.br>
Para <juniorcastropp@hotmail.com>
Data 14/11/2023 15:44

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO MAUTENÇÃO AR.docx (~16 KB)

Boa tarde,

Segue Documento em Anexo lista com referidos produtos para a cotação de Preços.

FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

No aguardo,

Ana Luiza

Divisão de Compras

Prefeitura Municipal São Jorge D'Oeste

(46) 3534-8057

skymail
SOLUÇÕES EM NUVEM

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO.

De compras2 <compras2@pmsjorge.pr.gov.br>
Para <luiskaras2@hotmail.com>
Data 10/11/2023 15:45

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO MAUTENÇÃO AR.docx (~16 KB)

Boa tarde,

Segue Documento em Anexo lista com referidos produtos para a cotação de Preços.

FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

No aguardo,

Ana Luiza
Divisão de Compras
Prefeitura Municipal São Jorge D'Oeste
(46) 3534-8057

skymail
SOLUÇÕES EM NUVEM

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO.

De compras2 <compras2@pmsjorge.pr.gov.br>
Para <detalherefrigeracao@gmail.com>
Data 10/11/2023 15:45

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO MAUTENÇÃO AR.docx (~16 KB)

Boa tarde,

Segue Documento em Anexo lista com referidos produtos para a cotação de Preços.

FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

No aguardo,

Ana Luiza
Divisão de Compras
Prefeitura Municipal São Jorge D'Oeste
(46) 3534-8057

000031

skymail
SOLUÇÕES EM NUVEM

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO.

De compras2 <compras2@pmsjorge.pr.gov.br>
Para <climaxrefrigeracaoeclima@gmail.com>
Data 10/11/2023 15:45

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO MAUTENÇÃO AR.docx (~16 KB)

Boa tarde,

Segue Documento em Anexo lista com referidos produtos para a cotação de Preços.

FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

No aguardo,

Ana Luiza
Divisão de Compras
Prefeitura Municipal São Jorge D'Oeste
(46) 3534-8057

000032

skymail
SOLUÇÕES EM NUVEM

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO.

De compras2 <compras2@pmsjorge.pr.gov.br>
Para <instalacoeseletricascopelli@hotmail.com>
Data 10/11/2023 15:45

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO MAUTENÇÃO AR.docx (~16 KB)

Boa tarde,

Segue Documento em Anexo lista com referidos produtos para a cotação de Preços.

FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

No aguardo,

Ana Luiza

Divisão de Compras

Prefeitura Municipal São Jorge D'Oeste

(46) 3534-8057

000033

skymail
SOLUÇÕES EM NUVEM

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO.

De compras2 <compras2@pmsjorge.pr.gov.br>
Para <copelinho@hotmail.com>
Data 10/11/2023 15:46

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO MAUTENÇÃO AR.docx (~16 KB)

Boa tarde,

Segue Documento em Anexo lista com referidos produtos para a cotação de Preços.

FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

No aguardo,

Ana Luiza

Divisão de Compras

Prefeitura Municipal São Jorge D'Oeste

(46) 3534-8057

000034

skymail
SOLUÇÕES EM NUVEM

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO.

De compras2 <compras2@pmsjorge.pr.gov.br>
Para <eletroluz1@hotmail.com>
Data 10/11/2023 15:44

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO MAUTENÇÃO AR.docx (~16 KB)

Boa tarde,

Segue Documento em Anexo lista com referidos produtos para a cotação de Preços.

FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

No aguardo,

Ana Luiza
Divisão de Compras
Prefeitura Municipal São Jorge D'Oeste
(46) 3534-8057

000035

skymail
SOLUÇÕES EM NUVEM

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO.

De compras2 <compras2@pmsjorge.pr.gov.br>
Para <climavizi@hotmail.com>
Data 10/11/2023 15:44

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO MAUTENÇÃO AR.docx (~16 KB)

Boa tarde,

Segue Documento em Anexo lista com referidos produtos para a cotação de Preços.

FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

No aguardo,

Ana Luiza
Divisão de Compras
Prefeitura Municipal São Jorge D'Oeste
(46) 3534-8057

skymail
SOLUÇÕES EM NUVEM

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO.

De compras2 <compras2@pmsjorge.pr.gov.br>
Para <di.seibel0101@hotmail.com>
Data 10/11/2023 15:42

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO MAUTENÇÃO AR.docx (~16 KB)

Boa tarde,

Segue Documento em Anexo lista com referidos produtos para a cotação de Preços.

FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

No aguardo,

Ana Luiza
Divisão de Compras
Prefeitura Municipal São Jorge D'Oeste
(46) 3534-8057

000037

skymail
SOLUÇÕES EM NUVEM

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO.

De compras2 <compras2@pmsjorge.pr.gov.br>
Para <Vilmar0911@hotmail.com>
Data 13/11/2023 15:09

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO MAUTENÇÃO AR.docx (~16 KB)

Boa tarde,

Segue Documento em Anexo lista com referidos produtos para a cotação de Preços.

FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

No aguardo,

Ana Luiza
Divisão de Compras
Prefeitura Municipal São Jorge D'Oeste
(46) 3534-8057

000038

skymail
SOLUÇÕES EM NUVEM

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO.

De compras2 <compras2@pmsjorge.pr.gov.br>
Para <juniorcastropp@hotmail.com>
Data 14/11/2023 15:44

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO MAUTENÇÃO AR.docx (~16 KB)

Boa tarde,

Segue Documento em Anexo lista com referidos produtos para a cotação de Preços.

FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

No aguardo,

Ana Luiza
Divisão de Compras
Prefeitura Municipal São Jorge D'Oeste
(46) 3534-8057

000039

skymail
SOLUÇÕES EM NUVEM

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO.

De compras2 <compras2@pmsjorge.pr.gov.br>
Para <luisruviaro@hotmail.com>
Data 17/01/2024 09:57

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO MAUTENÇÃO AR.docx (~16 KB)

Bom dia,

Segue Documento em Anexo lista com referidos produtos para a cotação de Preços.

FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

No aguardo,

Ana Luiza
Divisão de Compras
Prefeitura Municipal São Jorge D'Oeste
(46) 3534-8057

MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS DA PESQUISA DE MERCADO

OBJETO: MANUTENÇÃO ARES

	NOME DA EMPRESA	CNPJ	Observação
COTAÇÃO 1	VS INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AR-CONDICIONADO	44.979.931/0001-59	16/11/23
COTAÇÃO 2	LUIS RUVIARO	36.710.327/0001-02	18/01/24
COTAÇÃO 3	PORTO E CASTRO CONSULTORIA LTDA	45.890.000/0001-42	17/01/24

										VALOR R$
ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	COT 1	COT 2	COT 3	MENOR PREÇO	MAIOR PREÇO	MÉDIA SIMPLES	Valor Global
1	SERVIÇO DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, CONSERTO DOS CONDICIONADORES DE AR COM RETIRADA DO APARELHO DE 9.000 BTU ATÉ 18.000 BTUS.	UND	150	150,00	130,00	350,00	130,00	350,00	210,00	19.500,00
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR DE 9.000 BTUS ATÉ 36.000 BTUS.	UND	40	350,00	250,00	450,00	250,00	450,00	350,00	10.000,00
3	CAPACITOR 20 UF	UND	10	50,00	35,00	24,90	24,90	50,00	36,63	249,00
4	CAPACITOR 25 UF	UND	10	50,00	35,00	35,40	35,00	50,00	40,13	350,00
5	CAPACITOR 30 UF	UND	10	60,00	45,00	59,00	45,00	60,00	54,67	450,00
6	CAPACITOR 35 UF	UND	10	60,00	48,00	64,00	48,00	64,00	57,33	480,00
7	CAPACITOR 40 UF	UND	10	70,00	55,00	49,00	49,00	70,00	58,00	490,00
8	CAPACITOR 45 UF	UND	10	75,00	60,00	73,00	60,00	75,00	69,33	600,00
9	CAPACITOR 50 UF	UND	10	80,00	65,00	76,00	65,00	80,00	73,67	650,00
10	COMPRESSOR 12.000 BTU	UND	10	1.500,00	1.180,00	649,00	649,00	1.500,00	1.109,67	6.490,00
11	COMPRESSOR 30.000 BTU	UND	5	2.500,00	1.780,00	1.568,00	1.568,00	2.500,00	1.949,33	7.840,00
12	GÁS R22KG	KG	30	200,00	170,00	86,33	86,33	200,00	152,11	2.589,90
13	GÁS R410KG	KG	30	250,00	200,00	81,33	81,33	250,00	177,11	2.439,90
14	TUBULAÇÃO ¼ X ½	MT	20	80,00	61,00	20,00	20,00	80,00	53,67	400,00
15	TUBULAÇÃO ¼ X 3/8	MT	20	50,00	57,00	49,50	49,50	57,00	52,17	990,00
16	MOTOR DE VENTILADOR DA CONDENSADORA DA SPLIT DE 9.000 A 18.000 BTU0	UND	10	350,00	340,00	520,00	340,00	520,00	403,33	3.400,00
17	HORA ESPECIALIZADA MAO DE OBRA CONSERTO	UND	120	350,00	150,00	140,00	140,00	350,00	213,33	16.800,00

0040

18	CABO PP 2X1,5 MM	MT	100	20,00	8,00	6,00	6,00	20,00	11,33	600,00
19	CABO PP 4X1,5MM	MT	100	35,00	15,00	9,85	9,85	35,00	19,95	985,00
20	FILTRO PARA AR CONDICIONADO ATÉ 18.000 BTU	UND	20	80,00	60,00	260,00	60,00	260,00	133,33	1.200,00
21	PLACA CONTROLE ELETRÔNICO DO AR CONDICIONADO CBA 09 A	UND	5	60,00	70,00	190,00	60,00	190,00	106,67	300,00
22	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12000 BTU FRIO	UND	5	550,00	500,00	530,00	500,00	550,00	526,67	2.500,00
23	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12000 BTU QUENTE E FRIO	UND	5	750,00	650,00	538,00	538,00	750,00	646,00	2.690,00
24	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18000 BTU	UND	5	930,00	730,00	518,00	518,00	930,00	726,00	2.590,00
25	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 9000 BTU	UND	5	470,00	450,00	518,00	450,00	518,00	479,33	2.250,00
26	PLACA ELETRÔNICA DO CONTROLE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT BE09F	UND	5	595,00	180,00	2.240,00	180,00	2.240,00	1.005,00	900,00
27	SUPORTE PARA CONDICIONADORES DE AR 400 MM	UND	10	92,00	40,00	68,00	40,00	92,00	66,67	400,00
28	SUPORTE PARA CONDICIONADORES DE AR 500 MM	UND	10	105,00	65,00	78,00	65,00	105,00	82,67	650,00
29	TUBO DE COBRE 1/2	MT	20	35,00	36,00	55,00	35,00	55,00	42,00	700,00
30	TUBO DE COBRE 1/4	MT	20	45,00	25,00	20,00	20,00	45,00	30,00	400,00
31	TUBO DE COBRE 3/8	MT	20	64,00	32,00	49,50	32,00	64,00	48,50	640,00
32	TUBO DE COBRE 5/8	MT	20	87,00	42,00	72,50	42,00	87,00	67,17	840,00
33	TUBO ESPONJOSO 1/2	MT	20	10,00	7,00	11,00	7,00	11,00	9,33	140,00
34	TUBO ESPONJOSO 1/4	MT	20	10,00	7,00	13,50	7,00	13,50	10,17	140,00
35	TUBO ESPONJOSO 3/8	MT	20	12,00	7,00	15,00	7,00	15,00	11,33	140,00
36	TUBO ESPONJOSO 5/8	MT	20	14,00	8,00	17,00	8,00	17,00	13,00	160,00
37	VALVULA DE SERVIÇO 1/2	UND	10	150,00	160,00	54,00	54,00	160,00	121,33	540,00
38	VALVULA DE SERVIÇO 1/4	UND	10	170,00	90,00	45,00	45,00	170,00	101,67	450,00
39	VALVULA DE SERVIÇO 3/8	UND	10	210,00	110,00	52,00	52,00	210,00	124,00	520,00
40	CORTINAS DE AR: Voltagem: 220V – 60 Hz, com controles e acionamentos também via remoto. Com no mínimo as seguintes dimensões (CxAxP) 200x22x16 cm. Acompanhar: Controle remoto, cortina de ar, suportes para instalações em paredes e todo material necessário para instalação e funcionamento.	UND	3	2.300,00	1.450,00	1.849,00	1.450,00	2.300,00	1.866,33	4.350,00
41	Compressor rotativo para ar condicionado SPLIT até 36.000 BTUS/H	UND	10	3.650,00	2.700,00	3.540,00	2.700,00	3.650,00	3.296,67	27.000,00
42	Placa eletrônica ar condicionado tipo split 36000 btus	PÇ	5	3.100,00	1.600,00	1.178,00	1.178,00	3.100,00	1.959,33	5.890,00

Responsavel pela cotação	APROVAÇÃO:	TOTAL:	130.693,80
PAULO DUARTE DA SILVA			
OBS.: FOI REALIZADO PESQUISA DE PREÇO EM EMPRESAS DOS MUNICÍPIOS DE SÃO JORGE D'OESTE - PR E DOIS VIZINHOS - PR, FOI ADOTADO CRITERIO DE APURAÇÃO DE MENOR PREÇO ENTRE OS ORÇAMENTOS.	[ ] COMPRA DIRETA [ ] CONTRATO [X] LICITAÇÃO		
São Jorge D'Oeste, 22 JANEIRO de 2024.	ASSINATURA DO RESPONSAVEL		

000042

MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D' OESTE
ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CPNJ: 76.995.380/0001-03

SÃO JORGE D'OESTE - PARANÁ, 01/02/2024

Da: **Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças**

Para: **Departamento de Contabilidade e Finanças**
Senhor Ivanir da Silva

ASS. Faz Solicitação

Tem o presente a finalidade de solicitar de Vossa Senhoria que nos informe a existência de recursos, financeiros objetivando a **Registro de preços, objetivando a futura ou eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços para instalação e retirada de condicionador de ar conforme descrevem os itens, limpeza e higienização com a retirada do aparelho, manutenção, com fornecimento de gás e peças de reposição necessárias para conserto de condicionadores e cortinas de ar para diversas Secretarias do Município de São Jorge D'Oeste - Pr.**, até o valor de R$ **130.693,80 (cento e trinta mil, seiscentos e noventa e três reais e oitenta centavos).**

Atenciosamente,

SÃO JORGE D'OESTE
23 - 11 - 63

Leandro Pagliari Jacobs
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças.

Ivanir da Silva
Contador

Recebi neste data 01/02/24.

MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D' OESTE
ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CPNJ: 76.995.380/0001-03

SÃO JORGE D'OESTE - PARANÁ, 01/02/2024

DE: Departamento de Contabilidade e Finanças
PARA: Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças

Senhora

Em atenção a solicitação expedida por Vossa Senhoria em, **01/02/2024**, informamos a existência de previsão de dotação orçamentária para assegurar o empenho das obrigações decorrentes da(s) aquisição(ões) constante da solicitação supra, sendo que o mesmo será efetuado através da Dotação Orçamentária existente e mediante abertura de crédito adicional suplementar na(s) seguinte(s) dotação(ões):

Dotações					
Exercício da despesa	**Conta da despesa**	**Funcional programática**	**Fonte de recurso**	**Natureza da despesa**	**Grupo da fonte**
2024	**1710**	**07.001.04.122.0004.2026**	**0**	**3.3.90.30.26.00**	**Do Exercício**
2024	**1770**	**07.001.04.122.0004.2026**	**0**	**3.3.90.39.17.00**	**Do Exercício**
2024	**2910**	**10.001.12.361.0013.2046**	**0**	**3.3.90.30.26.00**	**Do Exercício**
2024	**3000**	**10.001.12.361.0013.2046**	**0**	**3.3.90.39.17.00**	**Do Exercício**
2024	**3900**	**11.001.10.301.0011.2054**	**0**	**3.3.90.30.26.00**	**Do Exercício**
2024	**4000**	**11.001.10.301.0011.2054**	**0**	**3.3.90.39.17.00**	**Do Exercício**

SÃO JORGE D'OESTE
23 - 11 - 63

Cordialmente,

Ivanir da Silva
Contador

Leandro Pagliari Jacobs
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças.
Recebi neste data 01 / 02 / 2024.

MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO E RETIRADA DE CONDICIONADOR DE AR, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO COM A RETIRADA DO APARELHO, MANUTENÇÃO COM FORNECIMENTO DE GÁS E PEÇAS DE REPOSIÇÃO NECESSÁRIAS PARA CONSERTO DE CONDICIONADORES E AQUISIÇÃO DE CORTINAS DE AR, PARA DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE - PR.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos condicionadores de ar visa atender e proporcionar melhor qualidade do ar para os usuários das escolas da rede municipal, unidades de saúde, departamentos e secretarias, bem como conservar o patrimônio público, tendo em vista que tais procedimentos são necessários para o funcionamento eficiente e prolongamento da vida útil dos equipamentos, colaborando assim com a redução de gastos excessivos com peças/serviços e consumo de energia, e, consequentemente, resultando em economia ao erário.

Faz-se necessário manter a temperatura amena nas dependências já citadas, com a finalidade de torná-las salubres aos servidores, alunos, pacientes e demais pessoas que frequentam esses locais.

Vale frisar a importância do uso de tais equipamentos em locais como a "sala do servidor" (área de processamento de dados) que funcionam ininterruptamente, sendo, portanto, imprescindível o controle constante da temperatura para que estes equipamentos não entrem em colapso ocasionando a perda das informações ali armazenadas.

Outros locais em que os aparelhos funcionam ininterruptamente são as salas de vacinas, localizadas nas unidades de saúde do Município. Nestas, o controle constante da temperatura é necessário para conservar e garantir a qualidade das vacinas ali armazenadas.

Como o Município não possui em seu quadro efetivo de pessoal mão de obra qualificada para a execução dos serviços pretendidos, a alternativa mais adequada é a contratação de uma empresa especializada para a realização dos serviços.

Diante do exposto, podemos citar que os procedimentos de manutenção são necessários ao adequado funcionamento dos equipamentos, e que proporcionará melhor atendimento aos usuários dos locais já citados.

2. ALINHAMENTO COM PCA

A contratação está prevista no PCA 2023/2024, publicado no site no Município: https://pmsjorge.pr.gov.br/divulga-licitacoes/plano-anual-de-compras-2023-2024.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- O período de vigência da Ata/Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme necessidade e conveniência da Administração;
- A contratada, com registro no CREA, deverá dispor em seu quadro de funcionários Engenheiro Mecânico ou Técnico de nível médio, para prestação dos serviços de instalação, manutenção preventiva, manutenção corretiva dos sistemas de refrigeração de ambiente, com disponibilidade de equipamentos, ferramentas, instalação física apropriada e específica, e pessoal técnico especializado, com registro no CREA, para o cumprimento do objeto da licitação;
- A execução do serviço contratado será realizada apenas quando provocada a demanda pela Administração, a partir da emissão da Ordem de Serviço;
- A Contratada deverá ter pleno conhecimento das condições necessárias para prestação do serviço, inclusive que deverá atender em endereços diferentes;
- A contratada deverá seguir mecanismos de implementação da sustentabilidade que estimulem e favoreçam, por exemplo, o uso de produtos e processos com menor impacto ambiental, evitando produtos irritantes para o consumidor, equipamentos que causem menor incômodo e sejam mais eficientes, devendo no que couber, durante toda a execução contratual, observar os critérios de sustentabilidade ambiental e a implementação de ações que reduzam os impactos ambientais (os insumos fornecidos na contratação deverão respeitar as normas da ABNT, quanto à correta destinação dos resíduos sólidos);
- No atendimento dos serviços é necessário que a contratação contemple o material, equipamentos a serem utilizadas e equipe técnica especializada, com suas devidas normas de segurança e EPIs;

- A Contratada deverá comprovar sua capacidade técnica através de atestados que demonstrem sua aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis à contratação a ser realizada. Devendo também comprovar sua habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira através da apresentação de certidões negativas para estes fins, conforme definido em edital;
- O serviço a ser contratado se enquadra como serviço comum, porque as exigências técnicas para o serviço de manutenção de ar são usualmente praticadas no mercado da área de refrigeração, não havendo especificidades que impliquem em transferência de conhecimentos, tecnologia e técnicas empregadas a serem repassadas em transições contratuais;
- Os serviços serão executados no horário e nos dias normais de expediente administrativo da Contratante, 08h às 17h, de segunda à sexta-feira, porém, em caso de essencialidade e necessidade, poderá ocorrer a eventual execução fora do horário normal de expediente administrativo da Contratante, sob condição de consulta e aprovação da Administração;
- Os técnicos da Contratada deverão se apresentar para a realização dos serviços uniformizados e portando documento de identificação;
- Após a solicitação da Ordem de Serviço emitida pela Administração, a CONTRATADA terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para verificação do problema, devendo providenciar a realização do serviço em até 24 (vinte e quatro) horas, num total de 48 (quarenta e oito) horas após a emissão da ordem de serviço, ressalvados os casos em que comprovadamente não houver possibilidade técnica para a execução, autorizada pela Administração;
- A CONTRATADA deverá informar, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de realizar o serviço conforme o estabelecido;
- A Contratada responsabilizar-se-á por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade;
- A Contratada deverá refazer todo e qualquer serviço não aprovado pela Contratante, sem qualquer ônus adicional, com garantia dos serviços de, no mínimo 3, (três) meses;
- Entende-se por manutenção preventiva a série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos dos equipamentos, conservando-os em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos, incluindo ajustes, especificações, lubrificação e limpeza interna, quando necessário.

4. – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Segue abaixo tabela com os descritivos dos equipamentos, peças e serviços e quantidades solicitadas para o ano de 2024:

LOTE	Nº	PRODUTO/SERVIÇO	UND	QTDE.
1	1	SERVIÇO DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, CONSERTO DOS CONDICIONADORES DE AR COM RETIRADA DO APARELHO DE 9.000 BTU ATÉ 36.000 BTUS.	HORAS	150
	2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR E CORTINA DE AR DE 9.000 BTUS ATÉ 36.000 BTUS.	UND	40
	3	CAPACITOR PERMANENTE 20 UF 250V	UND	10
	4	CAPACITOR PERMANENTE 25 UF 250V	UND	10
	5	CAPACITOR PERMANENTE 30 UF 380V	UND	10
	6	CAPACITOR PERMANENTE 35 UF 380V	UND	10
	7	CAPACITOR PERMANENTE 40 UF 380V	UND	10
	8	CAPACITOR PERMANENTE 45 UF 380V	UND	10
	9	CAPACITOR PERMANENTE 50 UF 380V	UND	10
	10	COMPRESSOR 12.000 BTU	UND	10
	11	COMPRESSOR 30.000 BTU	UND	5
	12	COMPRESSOR ROTATIVO PARA AR CONDICIONADO SPLIT ATÉ 36.000 BTUS/H	UND	10
	13	GÁS R22KG	KG	30
	14	GÁS R410KG	KG	30
	15	TUBULAÇÃO ¼ X ½	MT	20
	16	TUBULAÇÃO ¼ X 3/8	MT	20
	17	MOTOR DE VENTILADOR DA CONDENSADORA DA SPLIT DE 9.000 A 18.000 BTU0	UND	10
	18	HORA ESPECIALIZADA MAO DE OBRA CONSERTO	UND	120
	19	CABO PP 2X1,5 MM	MT	100
	20	CABO PP 4X1,5MM	MT	100
	21	FILTRO PARA AR CONDICIONADO ATÉ 18.000 BTU	UND	20
	22	PLACA CONTROLE ELETRÔNICO DO AR CONDICIONADO CBA 09 A	UND	5
	23	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12000 BTU FRIO	UND	5
	24	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12000 BTU QUENTE E FRIO	UND	5
	25	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18000 BTU	UND	5
	26	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 9000 BTU	UND	5
	27	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 36000 BTUS	UND	5
	28	PLACA ELETRÔNICA DO CONTROLE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT BE09F	UND	5
	29	SUPORTE PARA CONDICIONADORES DE AR 400 MM	UND	10

	30	SUPORTE PARA CONDICIONADORES DE AR 500 MM	UND	10
	31	TUBO DE COBRE 1/2	MT	20
	32	TUBO DE COBRE 1/4	MT	20
	33	TUBO DE COBRE 3/8	MT	20
	34	TUBO DE COBRE 5/8	MT	20
	35	TUBO ESPONJOSO 1/2	MT	20
	36	TUBO ESPONJOSO 1/4	MT	20
	37	TUBO ESPONJOSO 3/8	MT	20
	38	TUBO ESPONJOSO 5/8	MT	20
	39	VÁLVULA DE SERVIÇO 1/2	UND	10
	40	VÁLVULA DE SERVIÇO 1/4	UND	10
	41	VÁLVULA DE SERVIÇO 3/8	UND	10
2	42	CORTINAS DE AR: Voltagem: 220V – 60 Hz, com controles e acionamentos também via remoto. Com no mínimo as seguintes dimensões (CxAxP) 200x22x16 cm. Acompanhar: Controle remoto, cortina de ar, suportes para instalações em paredes e todo material necessário para instalação e funcionamento.	UND	3

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foi realizada pesquisa de preço em empresas dos municípios de São Jorge D'Oeste/PR e Dois Vizinhos/PR.

Foi adotado critério de apuração de menor preço entre os orçamentos, conforme Mapa de Apuração e orçamentos em anexo.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Estima-se o valor da contratação de R$ 130.693,80 (cento e trinta mil, seiscentos e noventa e três reais e oitenta centavos). Conforme preços praticados no mercado, segundo orçamentos em anexo.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução abrange a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de ar condicionado, e também a aquisição de cortinas de ar novas.

A Contratada será remunerada somente pela execução dos serviços prestados e peças utilizadas.

Os prazos de entrega e execução dos serviços deverão ser cumpridos conforme o que será acordado em Contrato.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

A Licitação deverá ser julgada por lote para garantir a qualidade e o prazo de entrega dos produtos/serviços.

A execução do presente objeto deverá ser realizada de forma parcelada, de acordo com a solicitação expressa do requisitante.

9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Em virtude do Princípio da Economicidade, pretende-se contratar os itens descritos no Edital ao menor preço, com a qualidade e especificações garantidas visando atender às necessidades de todas as secretarias.

Espera-se com essa contratação, zelar pelo bem sob responsabilidade da administração pública de forma eficiente e econômica, de modo a manter o funcionamento dos equipamentos de forma ininterrupta e garantir a qualidade do ar de interiores e prevenção de riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizados.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Após a finalização do ETP deverão ser adotadas as seguintes providências:

- Elaboração de termo de referência.
- Autorização da autoridade competente.
- Elaboração de Edital.
- Processamento da licitação.
- Contratação.
- Em relação à solução definida não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não se aplica.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Não há efeitos ambientais de considerável relevância na contratação pretendida.

13. POSICIONAMENTO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação do referido objeto.

Em decorrência do estudo realizado a demanda se mostra viável, devido os preços estarem dentro dos praticados no mercado, conforme comprovado pelos orçamentos em anexo, e pela necessidade do Município em dar continuidade aos serviços contratados, que visam proporcionar a preservação/conservação do bem público, evitando danos ao erário.

São Jorge D'Oeste/PR, 01 de Fevereiro de 2024.

Jonica Maria Caetano

Jonica Maria Caetano

Responsável pela Elaboração do ETP

Decreto n° 2529/2023

MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

TERMO DE REFERÊNCIA

TR Nº 07/2024

Da: Departamento de Compras

Para: EQUIPE TÉCNICA DE LICITAÇÃO

DEFINIÇÃO DO OBJETO:

Solicitamos a abertura de processo licitatório modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** Modalidade **REGISTRO DE PREÇOS**, Objetivando a Futura ou eventual aquisição tipo menor preço por LOTE para: **CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO E RETIRADA DE CONDICIONADOR DE AR CONFORME DESCREVEM OS ITENS, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO COM A RETIRADA DO APARELHO, MANUTENÇÃO, COM FORNECIMENTO DE GÁS E PEÇAS DE REPOSIÇÃO NECESSÁRIAS PARA CONSERTO DE CONDICIONADORES E CORTINAS DE AR PARA DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE - PR.**

DATA PREVISTA NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL:

Janeiro de 2024.

NATUREZA:

Comum.

QUANTITATIVO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD
1	1	SERVIÇO DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, CONSERTO DOS CONDICIONADORES DE AR COM RETIRADA DO APARELHO DE 9.000 BTU ATÉ 18.000 BTUS.	UND	150

2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR DE 9.000 BTUS ATÉ 36.000 BTUS.	UND	40
3	CAPACITOR 20 UF	UND	10
4	CAPACITOR 25 UF	UND	10
5	CAPACITOR 30 UF	UND	10
6	CAPACITOR 35 UF	UND	10
7	CAPACITOR 40 UF	UND	10
8	CAPACITOR 45 UF	UND	10
9	CAPACITOR 50 UF	UND	10
10	COMPRESSOR 12.000 BTU	UND	10
11	COMPRESSOR 30.000 BTU	UND	5
12	GÁS R22KG	KG	30
13	GÁS R410KG	KG	30
14	TUBULAÇÃO ¼ X ½	MT	20
15	TUBULAÇÃO ¼ X 3/8	MT	20
16	MOTOR DE VENTILADOR DA CONDENSADORA DA SPLIT DE 9.000 A 18.000 BTU0	UND	10
17	HORA ESPECIALIZADA MAO DE OBRA CONSERTO	UND	120
18	CABO PP 2X1,5 MM	MT	100
19	CABO PP 4X1,5MM	MT	100
20	FILTRO PARA AR CONDICIONADO ATÉ 18.000 BTU	UND	20
21	PLACA CONTROLE ELETRÔNICO DO AR CONDICIONADO CBA 09 A	UND	5
22	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12000 BTU FRIO	UND	5
23	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12000 BTU QUENTE E FRIO	UND	5
24	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18000 BTU	UND	5
25	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 9000 BTU	UND	5
26	PLACA ELETRÔNICA DO CONTROLE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT BE09F	UND	5
27	SUPORTE PARA CONDICIONADORES DE AR 400 MM	UND	10
28	SUPORTE PARA CONDICIONADORES DE AR 500 MM	UND	10
29	TUBO DE COBRE 1/2	MT	20
30	TUBO DE COBRE 1/4	MT	20
31	TUBO DE COBRE 3/8	MT	20
32	TUBO DE COBRE 5/8	MT	20
33	TUBO ESPONJOSO 1/2	MT	20

	34	TUBO ESPONJOSO 1/4	MT	20
	35	TUBO ESPONJOSO 3/8	MT	20
	36	TUBO ESPONJOSO 5/8	MT	20
	37	VALVULA DE SERVIÇO 1/2	UND	10
	38	VALVULA DE SERVIÇO 1/4	UND	10
	39	VALVULA DE SERVIÇO 3/8	UND	10
	40	Compressor rotativo para ar condicionado SPLIT até 36.000 BTUS/H	UND	10
	41	Placa eletrônica ar condicionado tipo split 36000 btus	PÇ	5
2	42	CORTINAS DE AR: Voltagem: 220V – 60 Hz, com controles e acionamentos também via remoto. Com no mínimo as seguintes dimensões (CxAxP) 200x22x16 cm. Acompanhar: Controle remoto, cortina de ar, suportes para instalações em paredes e todo material necessário para instalação e funcionamento.	UND	3

PRAZO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO:

Ata de registro de preço e/ou documentos de empenho oriundos deste registro de preços terão validade de doze (12) meses da assinatura e/ou emissão de empenho. No caso de necessidade de fornecimento contínuo dos produtos/serviço, os contratos decorrentes deste REGISTRO DE PREÇOS poderão ter sua vigência e execução prorrogadas até o limite legal permitido, nos termos do artigo 84 da Lei 14133/2021. Caso da ata de registro de preços se gere um contrato, este seguirá as prorrogações previstas no artigo 107, da referida Lei.

FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

Conforme estudo técnico preliminar (ETP em anexo).

Justificativa para apuração por Lote:

Ante a necessidade de unicidade do objeto e da prestação do serviço, que compõem um conjunto de fatores para um único resultado final, ou seja, um item depende de outro para confecção quanto aos serviços, também é necessário compor o lote visando dar celeridade e eficiência, bem como economia.

Documentos técnicos:

N/A

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A presente demanda, dar-se-á, mediante a necessidade de realizar a instalação e manutenção em Condicionadores de Ar e Cortinas de Ar da Administração Pública Municipal de São Jorge D'Oeste, em todas as suas esferas. Tais manutenções podem ocorrer de forma preventiva bem como corretivas, dentro da necessidade de cada secretaria.

Já dizia Jorge Ben Jor: "Moro num país tropical abençoado por Deus e bonito por natureza". E por toda sua tropicalidade, o Brasil é um país com temperaturas que merecem certa atenção, especialmente no verão. Não à toa, os aparelhos de ar-condicionado são indispensáveis para os diversos setores.

Além disso, é impossível negar o conforto de um ambiente refrigerado ou aquecido por um ar-condicionado inteligente. O ambiente fica muito mais agradável, melhora o bem-estar das pessoas que o frequentam e tem a capacidade, até, de diminuir o estresse.

Indo adiante em quesitos de conforto, alguns setores e departamentos o bom funcionamento do ar-condicionado é essencial e não de conforto, como é o exemplo da secretaria de saúde que dispõem de várias salas de armazenagem de vacinas, medicações e insumos que dependem de um clima controlado, evitando perdas e danos.

Da mesma forma, as secretarias que possuem servidores e sistemas de tecnologia avançados, dependem de espaços climatizados, evitando que tais equipamentos acabem danificados ou mesmo provocando acidentes, colocando em risco a segurança de servidores e usuários do sistema público.

LOCAL E FORMA DE ENTREGA E/OU EXECUÇÃO

Os itens, objeto desta licitação, deverão ser entregues sem ônus de entrega, de acordo com as instruções dadas pelas solicitações do Município de São Jorge D`Oeste/Pr. E fiscalizadas conforme os fiscais descritos no DFD em anexo.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

1 - Tratar as questões inerentes ao objeto com o fiscal do contrato, através do(s) responsável(is) técnico(s), não se admitindo aos demais empregados da CONTRATADA tratarem de questões técnicas com o fiscal do contrato, a não ser por iniciativa deste último;

2 - Responsabilizar-se por qualquer dano causado, por sua culpa ou dolo, a qualquer órgão público, empresa privada ou pessoa física, não cabendo ao Município suportar qualquer ônus.

3 - Responder por quaisquer danos morais, materiais, patrimoniais e/ou pessoais causados ao Município ou a terceiros, provocados ou negligenciados por seus profissionais e/ou prepostos, culposa ou dolosamente, ainda que por omissão involuntária, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município;

4 - Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto do contrato, de acordo com as especificações determinadas no Processo de Registro de preços, assumindo a responsabilidade técnica pelos serviços prestados e pelos equipamentos/acessórios disponibilizados (quando for o caso);

5 - Além destas obrigações, ainda compete à CONTRATADA:

a) Executar/Entregar o objeto de acordo com as orientações do fiscal do contrato;

b) Responsabilizar-se, civil e ético-profissional e responder pela qualidade;

c) Substituir produtos, defeituosos ou executados em desacordo com as especificações e normas, não cabendo à firma executante o direito de indenização;

d) Providenciar a regularização de falhas, defeitos ou omissões definidas pela Fiscalização do Município.

e) O Município não possui relação de vínculo empregatício e de responsabilidade jurídica por qualquer ação ou indenização de atos feitos por funcionários da contratada bem como relação de indenização por falhas na execução da jornada de trabalho executada pela contratada.

PRAZO DE ENTREGA:

12 Meses podendo ser prorrogado.

RECEBIMENTO PROVISÓRIO:

O recebimento dos produtos, a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato, será de responsabilidade será efetuado pelo servidor Wilson José da Silva, cujo CPF sob o nº 906.153.529- 87, a Divisão de Almoxarifado, Telefone (46) 3534 8077, a fim de verificar a conformidade dele com as especificações técnicas dispostas no mesmo.

Os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato citados acima, procederão ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no instrumento contratual que será firmado

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, ainda que resultem de condições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da administração e de seus agentes e prepostos.

PRAZO DE ENTREGA DEFINITIVO:

Ocorre com a aceitação serviço pelo gestor do contrato, o que deverá estar em conformidade com as especificações descritas na requisição/empenho e termo de referência do processo de aquisição.

REGRAS GERAIS:

Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado e comprovado que o produto/serviço não corresponde às especificações constantes na proposta ou apresente algum defeito, será o mesmo devolvido ao contratado, obrigando-se este a sanar/substituir imediatamente, sem quaisquer ônus para esta Administração e sem prejuízo das sanções previstas no presente edital. Na entrega serão verificadas quantidades e especificações conforme descrição na requisição. O proponente vencedor deverá entregar, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços/contrato, a mesma espécie do objeto apresentado na proposta. À empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas. A contratada deverá manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços/contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

Os produtos, objetos desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega) de acordo com as solicitações das Secretarias Municipais, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após o recebimento da nota de empenho, seguindo rigorosamente as quantidades solicitadas, mediante autorização contida nas respectivas Ordens de Compra.

Os equipamentos serão recebidos provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta. Os equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Independentemente da aceitação, o adjudicatário garantirá a qualidade das refeições, no caso de divergências não adequadas serão aplicadas as sanções previstas neste edital e legislação vigente.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal, acompanhada pela ordem de serviços (quando houver), devidamente assinada pelo fiscal designado pelo Município e acompanhada ainda das CND's FGTS, TRABALHISTA e FEDERAL e após o recebimento definitivo do objeto, através de transferência eletrônica para a conta bancária da CONTRATADA indicada pela mesma.

Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

FORMA DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado através do Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal pelo Departamento de Empenhos, e a aceitação definitiva pelo gestor e seguirá a ordem cronológica conforme previsão do artigo 159 do Decreto Municipal 3927/2023. O respectivo pagamento somente será efetuado após efetivo cumprimento das obrigações assumidas decorrentes da contratação, em especial ao art. 92, inciso XVI da Lei Federal nº 14.133/2021. As notas fiscais deverão ser entregues juntamente com o produto/serviços e encaminhadas por e-mail ao Departamento de Empenhos da Prefeitura Municipal compras@pmsjorge.pr.gov.br no mesmo dia da emissão. O faturamento deverá ser feito através de nota fiscal da empresa que participou da licitação e deverá conter: A modalidade e o número da Licitação; O número da Ata de Registro de Preços; Número do Aditivo/Apostilamento (se houver) e o número da requisição de compra; Recebimento conforme Decreto que nomeia os fiscais dos contratos firmados pela

Administração Municipal; Anexos para todas as notas fiscais (Todas as negativas fiscais mais a CNDT); Dados Bancários para pagamento; Se a empresa for optante do Simples Nacional, deverá constar na Nota Fiscal. O pagamento levará em conta somente a quantidade de produtos/serviços efetivamente entregues. O município receberá apenas notas fiscais emitidas eletronicamente, conforme legislação vigente, exceto para prestação de serviços. As empresas com sede em outros Estados que ainda não se adequaram ao sistema de Notas eletrônicas, poderão emiti-las conforme legislação vigente no Estado sede. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas e seu vencimento ocorrerá 15 (quinze) dias após a data da sua reapresentação. Poderá a Prefeitura sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento da CONTRATADA relativamente à execução da Ata de Registro de Preços, recaindo sobre a mesma as penalidades previstas na Lei Federal nº14.133/21 Ocorrendo atraso no pagamento por culpa exclusiva do CONTRATANTE, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação do índice indicado no contrato. A empresa vencedora da licitação deverá possuir conta bancária, preferencialmente, junto aos Bancos Oficiais - Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Caso contrário, se a empresa possuir somente contas em instituições diferentes das supracitadas, deverá arcar com as custas referentes as transferências bancárias/ TED/DOC/PIX. Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos constantes na Lei Orçamentária vigente. Os produtos/serviços devem ser entregues de acordo com as marcas e quantidades solicitadas na requisição se for parcial a nota deverá ser proporcional. Deverá ser cumprido o prazo de entrega estipulado no contrato. Será obrigatória apresentação da requisição dos produtos/serviços no ato da entrega.

FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Para a escolha da empresa será o menor preço pelo LOTE.

Justificativa para apuração por Lote: Ante a necessidade de unicidade do objeto e da prestação do serviço, que compõem um conjunto de fatores tais como deslocamento e serviço para um único resultado final, ou seja, um item depende de outro para confecção quanto aos serviços, também é necessário compor o lote visando dar celeridade e eficiência, bem como economia.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	1	SERVIÇO DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, CONSERTO DOS CONDICIONADORES DE AR COM RETIRADA DO APARELHO DE 9.000 BTU ATÉ 18.000 BTUS.	UND	150	130,00	19.500,00
	2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR DE 9.000 BTUS ATÉ 36.000 BTUS.	UND	40	250,00	10.000,00
	3	CAPACITOR 20 UF	UND	10	24,90	249,00
	4	CAPACITOR 25 UF	UND	10	35,00	350,00
	5	CAPACITOR 30 UF	UND	10	45,00	450,00
	6	CAPACITOR 35 UF	UND	10	48,00	480,00
	7	CAPACITOR 40 UF	UND	10	49,00	490,00
	8	CAPACITOR 45 UF	UND	10	60,00	600,00
	9	CAPACITOR 50 UF	UND	10	65,00	650,00
	10	COMPRESSOR 12.000 BTU	UND	10	649,00	6.490,00
	11	COMPRESSOR 30.000 BTU	UND	5	1.568,00	7.840,00
	12	GÁS R22KG	KG	30	86,33	2.589,90
	13	GÁS R410KG	KG	30	81,33	2.439,90
	14	TUBULAÇÃO ¼ X ½	MT	20	20,00	400,00
	15	TUBULAÇÃO ¼ X 3/8	MT	20	49,50	990,00
	16	MOTOR DE VENTILADOR DA CONDENSADORA DA SPLIT DE 9.000 A 18.000 BTU0	UND	10	340,00	3.400,00
	17	HORA ESPECIALIZADA MAO DE OBRA CONSERTO	UND	120	140,00	16.800,00

18	CABO PP 2X1,5 MM	MT	100	6,00	600,00
19	CABO PP 4X1,5MM	MT	100	9,85	985,00
20	FILTRO PARA AR CONDICIONADO ATÉ 18.000 BTU	UND	20	60,00	1.200,00
21	PLACA CONTROLE ELETRÔNICO DO AR CONDICIONADO CBA 09 A	UND	5	60,00	300,00
22	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12000 BTU FRIO	UND	5	500,00	2.500,00
23	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12000 BTU QUENTE E FRIO	UND	5	538,00	2.690,00
24	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18000 BTU	UND	5	518,00	2.590,00
25	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 9000 BTU	UND	5	450,00	2.250,00
26	PLACA ELETRÔNICA DO CONTROLE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT BE09F	UND	5	180,00	900,00
27	SUPORTE PARA CONDICIONADORES DE AR 400 MM	UND	10	40,00	400,00
28	SUPORTE PARA CONDICIONADORES DE AR 500 MM	UND	10	65,00	650,00
29	TUBO DE COBRE 1/2	MT	20	35,00	700,00
30	TUBO DE COBRE 1/4	MT	20	20,00	400,00
31	TUBO DE COBRE 3/8	MT	20	32,00	640,00
32	TUBO DE COBRE 5/8	MT	20	42,00	840,00
33	TUBO ESPONJOSO 1/2	MT	20	7,00	140,00
34	TUBO ESPONJOSO 1/4	MT	20	7,00	140,00
35	TUBO ESPONJOSO 3/8	MT	20	7,00	140,00

	36	TUBO ESPONJOSO 5/8	MT	20	8,00	160,00
	37	VALVULA DE SERVIÇO 1/2	UND	10	54,00	540,00
	38	VALVULA DE SERVIÇO 1/4	UND	10	45,00	450,00
	39	VALVULA DE SERVIÇO 3/8	UND	10	52,00	520,00
	40	Compressor rotativo para ar condicionado SPLIT até 36.000 BTUS/H	UND	10	2.700,00	27.000,00
	41	Placa eletrônica ar condicionado tipo split 36000 btus	PÇ	5	1.178,00	5.890,00
2	42	CORTINAS DE AR: Voltagem: 220V – 60 Hz, com controles e acionamentos também via remoto. Com no mínimo as seguintes dimensões (CxAxP) 200x22x16 cm. Acompanhar: Controle remoto, cortina de ar, suportes para instalações em paredes e todo material necessário para instalação e funcionamento.	UND	3	1.450,00	4.350,00
TOTAL ESTIMADO					**R$ 130.693,80**	

GARANTIA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

Os produtos, objetos desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega) de acordo com as solicitações das Secretarias Municipais, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após o recebimento da nota de empenho, seguindo rigorosamente as quantidades solicitadas, mediante autorização contida nas respectivas Ordens de Compra.

Os equipamentos serão recebidos provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta. Os equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Independentemente da aceitação, o adjudicatário garantirá a qualidade das refeições, no caso de divergências não adequadas serão aplicadas as sanções previstas neste edital e legislação vigente.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal, acompanhada pela ordem de serviços (quando houver), devidamente assinada pelo fiscal designado pelo Município e acompanhada ainda das CND's FGTS, TRABALHISTA e FEDERAL e

após o recebimento definitivo do objeto, através de transferência eletrônica para a conta bancária da CONTRATADA indicada pela mesma.

Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

Conforme ETP anexo e qualquer problema na execução do contrato com relação aos trabalhos executados e seus colaboradores é de responsabilidade da Empresa CONTRATADA responsabilizar-se.

Com a contratação da empresa o Município estará dando continuidade aos trabalhos oferecidos aos nossos munícipes e garantindo o bem estar e a segurança dos munícipes

Razão da escolha: Menor preço entre os orçamentos

Origem dos orçamentos: FOI REALIZADO PESQUISA DE PREÇO EM EMPRESAS DOS MUNICÍPIOS DE SÃO JORGE D'OESTE - PR E DOIS VIZINHOS - PR, FOI ADOTADO CRITERIO DE APURAÇÃO DE MENOR PREÇO ENTRE OS ORÇAMENTOS.

Prazo de vigência:	**12 meses, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos**
Prazo de execução:	**12 meses, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos**
Prazo para iniciar:	**Após a assinatura do contrato.**
Condições de pagamento:	**Até 30 dias após emissão de Nota Fiscal.**

São Jorge D' Oeste/PR, 02 fevereiro de 2024

PAULO DUARTE

Responsável pela Elaboração do TR

DECRETO n° 3494/2021

MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

Memorando nº 08/2024. São Jorge D'Oeste, 21 de fevereiro de 2024.

A Secretaria de Administração Contabilidade e Finanças,
Departamento de Administração,
Divisão de Licitações,

LEILA DA ROCHA, prefeita do município de São Jorge D'Oeste, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 145, inciso VI do Decreto nº. 3.927/2023, vem por meio deste, **AUTORIZAR** a CONFECÇÃO DO EDITAL, referente ao Processo de Licitação da Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças, que versa sobre contratação de empresa especializada no fornecimento de material e mão de obra para instalação e manutenção de ar condicionado e compra de cortinas de ar, conforme documentos em anexo arrolados aos autos do processo de licitação.

LEILA DA ROCHA
Prefeita

MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

Portaria nº. 2.516/2023

Dispõe sobre a designação para responder pela função de Agente de Contratação, Pregoeiro, Equipe de Apoio e Comissão de Contratação do Município de São Jorge D'Oeste – Pr, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Decreto Municipal n.º 3.927/2023.

LEILA DA ROCHA, Prefeita do Município de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em especial pelo disposto no inciso VIII do art. 68 da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Sr. Daniel Souza Dias para responder, pela função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO do Município de, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

Art. 2º - Compete ao agente de contratação e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I – tomar decisões em prol da boa condução da licitação, inclusive por meio de diligência às áreas requisitantes de contratações, para fins de saneamento da fase preparatória, caso necessário;
II – acompanhar os trâmites da licitação e promover diligências se for o caso, para que o calendário de contratação previsto no Plano de Contratações Anual seja cumprido e observado, ainda, o grau de prioridade da contratação; e
III - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, caso necessário;
IV – conduzir e coordenar a sessão pública da licitação, promovendo as seguintes ações:
a) verificar a conformidade da proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no edital;
b) verificar e julgar as condições de habilitação;
c) sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, conforme o disposto no §1º do art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021, e se necessário, afastar licitantes em razão de vícios insanáveis;
d) negociar, quando for o caso, condições mais vantajosas com o primeiro colocado;

e) indicar o vencedor do certame;

f) receber recursos, apreciar sua admissibilidade e, senão reconsiderar a decisão, encaminhá-los à autoridade competente;

V – conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

VI – encaminhar o processo instruído, após encerradas as fases de julgamento e de habilitação e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e para homologação.

Parágrafo Único - A atuação do agente de contratação na fase preparatória deverá ater-se ao acompanhamento e às eventuais diligências para o fluxo regular da instrução processual.

Art. 3º - O agente de contratação poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, bem como do órgão de controle interno, a fim de subsidiar sua decisão.

Art. 4º - Ficam designados os servidores abaixo relacionados como membros da equipe de apoio, nos termos da lei 14.133/2021 que auxiliará o Agente de Contratação/Pregoeiro, na condução dos processos licitatórios:

Fabiana Dal Ponte
Franciela Carletto Wulff
Sidiane Aparecida Schmoller Sulsbach

Parágrafo único. A equipe de apoio poderá solicitar manifestação técnica do órgão de assessoramento jurídico ou de outros setores do órgão ou da entidade licitante, bem como do órgão de controle interno, a fim de subsidiar sua decisão.

Art. 5º - Ficam nomeados para comporem a Comissão de Contratação nos termos da Lei nº 14.133/2021 os seguintes servidores:

Daniel Souza Dias – Membro
Fabiana Dal Ponte - Membro
Franciela Carletto Wulff – Membro
Sidiane Aparecida Schmoller Sulsbach - Suplente

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publicado no AMP
Expedição nº 2923
Data 20 / 12 / 2023
Página 24

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte e três, 61º ano de emancipação.

Leila da Rocha
Prefeita

MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D' OESTE
ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CPNJ: 76.995.380/0001-03

SÃO JORGE D'OESTE - PARANÁ, 26/02/2024

DE: **Pregoeiro**
PARA: **Assessoria Jurídica**

Pelo presente encaminhamos a Vossa Senhoria minuta do Edital de Licitação nº. **xxx/2024**, **MODALIDADE: Pregão** e respectiva minuta do Contrato, para os fins previsto no parágrafo único do art. 53 da Lei nº 14.133/2021.

Atenciosamente,

Daniel Souza Dias
Pregoeiro

Assessor Jurídico

Recebi neste data 26 / 02 / 24 .

Elizangela Alves Gomes
Advogada
OAB/PR 64 103

MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE
Estado do Paraná www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ 76.995.380/0001-03

MINUTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

E D I T A L

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº XXX/2024)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e, tendo em vista o que consta do Processo n° xxx/2024, a abertura de licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR GRUPO DE ITENS E MENOR PREÇO POR ITEM UNITÁRIO**, destinada à **Registro de preços**, objetivando a futura ou eventual **contratação de empresa especializada na prestação de serviços para instalação e retirada de condicionador de ar conforme descrevem os itens, limpeza e higienização com a retirada do aparelho, manutenção, com fornecimento de gás e peças de reposição necessárias para conserto de condicionadores e cortinas de ar para diversas Secretarias do Município de São Jorge D'Oeste - Pr.**

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br.

DATA: xx/xx/2024
HORÁRIO DE BRASÍLIA: 08h00
SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL: https://www.gov.br/compras/pt-br

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial https://www.gov.br/compras/pt-br

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1 O presente pregão tem por objeto o registro de preços, para, por demanda formulada por este MUNÍCÍPIO, as futuras contratações de **Registro de preços**, objetivando a futura ou eventual **contratação de empresa especializada na prestação de serviços para instalação e retirada de condicionador de ar conforme descrevem os itens, limpeza e higienização com a retirada do aparelho, manutenção, com fornecimento de gás e peças de reposição necessárias para conserto de condicionadores e cortinas de ar para diversas Secretarias do Município de São Jorge D'Oeste - Pr**, de acordo com

Av. Iguaçu, 281 | Cx. Postal 31 | Fone/Fax 46 3534-8050 | CEP 85575-000 | São Jorge D'Oeste | PR

os termos e especificações deste edital e seus anexos.

1.1.1 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio https://www.gov.br/compras/pt-br.

2.1.1 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2 O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de São Jorge D'Oeste responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 Somente poderão apresentar proposta às empresas legalmente estabelecidas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3 Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.2 estejam impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 156, III da Lei nº 14.133/2021, e nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, bem como, tenham sido declaradas inidoneas para licitar ou contratar nos termos do artigo 156, IV, da Lei 14.133/2021;

2.3.3 tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de São Jorge D'Oeste, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

2.3.4 estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.3.5 encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação.

2.3.6 constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

2.3.7 em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

2.4 A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

2.4.1 SICAF a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.4.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.4.3 Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço eletrônico http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes;

2.4.4 Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br.

2.5 Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.6 As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

2.7 É vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição[1].

CAPÍTULO III – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

3.1 A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando então encerrar-

[1] A vedação se justifica tendo em vista que o objeto não é considerado de alta complexidade ou vulto.

se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.2 A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o preço unitário de cada item, observados o quantitativo e a unidade de fornecimento do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (Anexo I).

3.2.1 Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

(3.2.1 Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.)

3.2.2 Não será aceito quantitativo inferior ao total previsto para registro.

3.3 Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

3.4 O campo 'Descrição Detalhada do Objeto Ofertado' será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os seguintes prazos e condições:

3.4.1 Prazo de entrega dos produtos de, no máximo, 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho acompanhada da ordem de fornecimento.

3.4.2 Os prazos de que tratam o item 3.4.1 poderá ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

3.4.3 Prazo de garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto.

3.4.3.1 Desde que seja de interesse do contratante, poderá ser aceita a entrega de itens com prazo de validade, na data de entrega, inferior ao citado no subitem 3.4.2 É imprescindível que esses produtos sejam acompanhados de carta de segurança (carta-garantia), na qual o fornecedor se compromete a substituir a quantidade do item que não for consumida até a data de sua expiração pela mesma quantidade de um novo lote.

3.5 A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

3.6 Não serão classificadas as propostas em desconformidade com este edital.

3.7 A licitante deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as declarações:

3.7.1 de condições de participação:

a) sobre ciência do edital;

b) sobre inclusão de custos para atender obrigações trabalhistas.

3.7.2 para fins de habilitação:

a) sobre atendimento aos requisitos de habilitação;

b) sobre inexistência de impedimento à habilitação

c) sobre cumprimento das reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas;

d) sobre conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

e) sobre ausência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

3.7.3 de cumprimento da legislação trabalhista:

a) sobre inexistência de tratamento desumano ou degradante;

b) sobre cumprimento às exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

3.8 A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

3.9 Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

3.10 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

3.11 As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

3.11.1 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

3.12 A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO IV – DA SESSÃO PÚBLICA

4.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br.

4.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico ("chat").

4.2.1 Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail daniel@pmsjorge.pr.gov.br, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no "chat" e relatar o teor das comunicações.

4.3 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

4.4 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.5 No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br.

4.6 O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no "chat", os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

CAPÍTULO V – DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

5.1 A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa "aberto", conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

5.2 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 5.3.

5.3 Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

5.3.1 proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

5.3.2 proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade;

5.4 Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

5.5 Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 5.3.

CAPÍTULO VI – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.2 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.3 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.4 Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.4.1 Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

6.4.2 Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio eletrônico a ser realizado pelo pregoeiro.

6.4.3 Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

6.5 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.5.1 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.6 Durante a "etapa aberta" da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível;

6.6.1 A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

6.7 Durante a disputa, como medida excepcional, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletronica automática via sistema, e consequentemente a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa (Art. 120, §§4º e 5º, do Decreto Municipal 3927/2023).

6.8. Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de R$ 0,01 (um centavo de real).

CAPÍTULO VII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 Não aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei nº Complementar nº 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

7.2 Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei

Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

7.3 Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3.1 Encerrada a fase de lances, caso a melhor oferta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

7.3.1.1 a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

7.3.1.2 não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas ofertas estejam dentro do limite fixado no caput deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.3.2 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

CAPÍTULO VIII – DO JULGAMENTO

8.1 O critério de julgamento adotado será o de menor preço **POR GRUPO DE ITENS E MENOR PREÇO POR ITEM UNITÁRIO.**

8.2 **JUSTIFICATICA:** Justificativa para apuração por Lote: Ante a necessidade de unicidade do objeto e da prestação do serviço, que compõem um conjunto de fatores tais como deslocamento e serviço para um único resultado final, ou seja, um item depende de outro para confecção quanto aos serviços, também é necessário compor o lote visando dar celeridade e eficiência, bem como economia.

8.3 **NOS GRUPOS/LOTES 01 ao 41: A disputa se dará por grupo, sendo que se consagrará vencedor o licitante cujo valor GLOBAL DO GRUPO/LOTE for menor.**

8.4 No grupo 02 (Anexo I – Termo de Referência) / item 42 (sistema comprasGov: A

disputa se dará por item unitário

CAPÍTULO IX - DA NEGOCIAÇÃO

9.1 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.1.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

9.1.2 Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, ou em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no artigo 60, da Lei 14.133/2021 (Artigo 127, §2º do Decreto 3927/2023).

CAPÍTULO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1 O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo IV do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

10.1.2 Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail daniel@pmsjorge.pr.gov.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no "chat" a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

10.1.3 O prazo para envio da proposta é de, no máximo, 02 (duas) horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro quando o prazo estabelecido não for suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para verificaçaõ (~~a depender das circunstâncias~~) ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.1.4 Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

10.1.5 O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de ficha técnica, catalogos, *folders*, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados, antes mesmo da apresentação de eventual amostra.

10.1.6 A apresentação dos materiais e documentos a que se referem os subitens 10.1.5 não desonera a licitante da obrigação de apresentar amostras que venham a ser solicitadas.

10.1.7 Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.1.8 A proposta será desclassificada quando:

a) contiver vícios insanáveis;

b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e

e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.1.7.1 O MUNICÍPIO poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na alínea "d" acima.

10.2 O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto aos preços unitários ofertados, que não poderão ser superiores aos valores estimados constantes no Termo de Referência (Anexo I).

10.2.1 O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

10.2.2 Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3 Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta, devendo a licitante apresentar Planilha por ela elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua

proposta, sob pena de não aceitação da proposta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa 73/22 da SEGES/ME.
10.2.4 concluída a negociação se houver resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação;

10.2.5 Em sendo o caso, a apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem com o detalhamento das bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos encargos Sociais (ES), deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

CAPÍTULO XI – DA HABILITAÇÃO

11.1 A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

11.1.1 Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

11.2 Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como "objeto social" no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

11.3 Caso não estejam digitalmente disponíveis no SICAF, em observância ao disposto no item 3.6 deste edital, no ato do cadastramento da proposta, a licitante deverá apresentar a documentação comprobatória dos seguintes requisitos de habilitação:

11.3.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

f) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

g) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.3.2 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.

g) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

h) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

11.3.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Balanço patrimonial do ultimo exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraído do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove. a.1) que a licitante possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta; ou alternativamente.

a.2) que a licitante possui todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):

a.2.1) Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

a.2.2) Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

a.2.3) Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

b) Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

11.3.4. - DECLARAÇOES:

a. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, as declarações indicadas no subitem 3.7.2 deste edital.

b. Declaração unificada, conforme modelo contido no Anexo III.

c. Na ausência da Declaração Unificada elencada no item 11.3.4, considera-se válida as Declarações devidamente preenchidas e dispostas no campo próprio do sistema eletrônico, sendo que a Declaração Unificada será solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

11.4. Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

11.4.1 O prazo para envio dos documentos de que trata o item 11.4 é de, no mínimo, 02 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.4.2 Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.4.3 Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.5 O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

11.5.1 Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

11.5.1.1 Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Av. Iguaçu, 281, Centro São Jorge D'Oeste, Pr, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

11.6 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 11.4, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

a) a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

c) a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

11.6.1 A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 11.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

11.7 Caso seja necessário, para fins de confirmação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 11.6, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de "anexos" do sistema.

11.7.1 - Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail

daniel@pmsjorge.pr.gov.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no "chat" a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.7.2 - O prazo para envio dos documentos é de, no máximo, 02 (duas) horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro quando o prazo estabelecido não for suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para verificação (~~a depender das circunstâncias~~) ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.7.3 - Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.7.4 - Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.8 Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

11.8.1 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.8.2 Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

11.9 Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

11.10 As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.10.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

11.10.2 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

11.11 O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

11.11.1 Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

11.12 Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de "Ocorrências Impeditivas Indiretas" em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, "e", e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

11.12.1 Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

a) identidade dos sócios;

b) atuação no mesmo ramo de atividades;

c) data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;

d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.

e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;

f) identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

11.12.2 Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no "chat", as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a

suspeita da prática de comportamento ilícito.

11.12.3 Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

a) inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;

b) relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

CAPÍTULO XII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1 Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

12.2 Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XIII – DO RECURSO

13.1 Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos do término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

13.1.1 O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

13.1.2 Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 13.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

13.1.3 Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 13.1.2.

13.2 Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do

sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

13.2.1 Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

13.3 O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados a Prefeita para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

13.4 O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XIV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 O objeto deste Pregão será adjudicado pela Prefeita, quando houver recurso, e pela Prefeita nos demais casos.

14.2 A homologação deste Pregão compete à PREFEITA.

14.3 O objeto deste Pregão será adjudicado por grupo de itens à vencedora do certame.

14.4 Antes da homologação da licitação pela Diretora-Geral, para os fins de que trata o inciso VII do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, as licitantes que tenham apresentado propostas não recusadas para itens adjudicados à licitante vencedora, serão convocadas, por meio do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, para que, dentro do prazo estipulado e procedimentos operacionais, manifestem seu interesse em aderir ao cadastro de reserva, desde que aceitem ofertar o objeto a preços iguais ao da licitante vencedora.

CAPÍTULO XV – DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 Após homologado o resultado deste Pregão, o MUNICÍPIO convocará a licitante vencedora para assinatura da Ata de Registro de Preços, presencialmente, informando o local, data e hora, ou eletronicamente, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação.

15.1.1 O prazo de convocação de que trata o item 15.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15.1.2 Será permitida a assinatura eletrônica da Ata, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 15.1.

15.1.3 O MUNICÍPIO poderá enviar a Ata para assinatura da licitante, que deverá devolvê- la assinada no prazo previsto no item 15.1.

15.2 preços e os quantitativos da licitante mais bem classificada durante a fase competitiva, sendo que o registro das demais licitantes será incluído na ata em forma de anexo, observando-se a sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, se houver.

15.2.1 O registro das demais licitantes a que se refere o item 15.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva de que trata o inciso VII do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e o inciso II do art. 18 do Decreto Federal nº 11.462/2023 no caso de impossibilidade de atendimento pela primeira colocada da ata.

15.2.2 Se houver mais de uma licitante na situação de que trata o item 15.2, serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

15.3 Os registros se farão da seguinte forma:

15.3.1 Na ARP os preços e quantitativos da licitante mais bem classificada durante a etapa competitiva;

15.3.2 No anexo da ARP:

15.3.2.1 Os preços e quantitativos das licitantes que aceitaram cotar o objeto desta licitação em valor igual ao da licitante mais bem classificada, estabelecendo inclusive a ordem de classificação.

15.3.2.2 Os preços e quantitativos das licitantes que mantiveram sua proposta original.

15.3.3 Para fins da ordem de classificação, as licitantes de que trata o subitem 15.3.2.1 antecederão aqueles de que trata o subitem 15.3.2.2.

15.3.4 Se houver mais de uma licitante nas situações do subitem 15.3.2, serão registradas segundo a ordem de classificação observada na fase competitiva.

15.4 No caso de a licitante vencedora, após convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste edital e em seus anexos, serão convocadas as licitantes integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo.

15.4.1 A convocação das licitantes do cadastro de reserva que aceitaram cotar o objeto em valor igual ao da licitante mais bem classificada de que trata o subitem 15.3.2.1 antecederá a convocação das licitantes que mantiveram sua proposta,

componentes do cadastro referido no subitem 15.3.2.2.

15.4.2 A convocação das licitantes do cadastro de reserva que mantiveram sua proposta, componentes do cadastro referido no subitem 15.3.2.2, observada a ordem de classificação, será para negociação com vistas à obtenção de preço melhor, ainda que acima do preço do adjudicatário.

15.4.3 Se as negociações com todas as licitantes do cadastro de reserva que mantiveram sua proposta forem frustradas, a Administração poderá, observada a ordem de classificação, contratar nas condições inicialmente ofertadas.

15.5 A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, IV, da Lei nº 14.133/2021.

15.5.1 A recusa injustificada de fornecedor beneficiário classificado em assinar a ata ensejará a aplicação das penalidades previstas neste edital e seus anexos.

15.6 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.

15.7 Nas hipóteses previstas pelos subitens 15.2.1 e 15.4, deverá ser observado o disposto no Capítulo X – Da Aceitabilidade da Proposta, e no Capítulo XI – Da Habilitação.

CAPÍTULO XVI – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão será de 1 (um) ano contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas.

16.2 Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por igual período...12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos.

16.3 Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.

CAPÍTULO XVII – DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇO

17.1 O MUNICÍPIO é o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

17.2 Não serão admitidas adesões à(s) Ata(s) de Registro de Preços decorrente(s) desta licitação.

CAPÍTULO XVIII – DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 A Secretaria de Administração de Contratações do MUNICÍPIO será a unidade responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação, incluindo a aferição e comprovação da continuidade da vantajosidade dos preços registrados, observando-se o disposto no art. 40, no art. 46.

18.2 A convocação do fornecedor beneficiário pelo MUNICÍPIO será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverá comparecer para retirar a respectiva nota de empenho e atender ao pedido.

18.3 O fornecedor beneficiário convocado na forma do item anterior que não comparecer, não retirar a nota de empenho, não atender ao pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste edital e seus anexos.

18.4 Quando comprovada a hipótese acima o MUNICÍPIO poderá convocar o próximo fornecedor ao qual será destinado o pedido, obedecida a ordem de classificação do certame, na forma dos itens 15.2 e 15.3 deste edital, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

CAPÍTULO XIX – DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

19.1 Durante a vigência da ARP, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas decorrentes das situações previstas nos artigos 25 a 27 do Decreto Federal nº 11.462/2023, e artigo 124 da Lei 14.133/21.

19.2 Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no item 19.1, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.

19.3 Os preços das contratações decorrentes da Ata poderão ser reajustados após 12 (doze) meses contados da data de celebração do ajuste, observada a variação do Índice máximo definido pela xxxxxxxxxxxx no ano da prorrogação do ajuste, ou por outro indicador que venha a substituí-lo, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

CAPÍTULO XX – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

20.1 O fornecedor beneficiário terá seu registro de preços cancelado na ARP, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

20.1.1 a pedido, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados;

20.1.2 por iniciativa do MUNICÍPIO, quando:

20.1.2.1 o fornecedor:

20.1.2.1.1 - não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

20.1.2.1.2 - perder quaisquer das condições de habilitação exigidas no processo licitatório;

20.1.2.1.3 - deixar de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

20.1.2.1.4 - não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos e as respectivas notas de empenho decorrentes da Ata de Registro de Preços;

20.1.2.1.5 - sofrer sanção que acarrete a impossibilidade de licitar e contratar com o MUNICÍPIO, em especial nas hipóteses previstas nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

20.1.2.2 configuradas razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

20.1.2.3 caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

20.1.3 Verificada qualquer uma das hipóteses acima, concluído o respectivo processo e após garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das sanções eventualmente cabíveis, o MUNICÍPIO formalizará o cancelamento do registro correspondente e informará ao fornecedor beneficiário e aos demais a nova ordem de registro.

20.2 A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

20.2.1 por extinção da totalidade do seu objeto; e

20.2.2 quando não restarem fornecedores registrados.

CAPÍTULO XXI – DA NOTA DE EMPENHO

21.1 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços o MUNICÍPIO poderá convocar o fornecedor beneficiário para retirada da nota de empenho, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

21.1.1 O prazo de convocação de que trata o item 21.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor beneficiário durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

21.1.2 A falta de manifestação no prazo estabelecido acima autoriza o MUNICÍPIO a convocar os fornecedores integrantes do cadastro de reserva constante do anexo da Ata de Registro de Preços, observada a ordem de classificação, para, nos termos do item 15.2.1, assinar a Ata de Registro de Preços e, posteriormente, retirar a Nota de Empenho em iguais condições.

21.2 Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se o fornecedor beneficiário mantém as condições de habilitação.

21.3 A nota de empenho vincula-se aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº / , constante do Processo nº XXXXXXXXXX, da Ata de Registro de Preços e da proposta vencedora.

21.4 O fornecedor beneficiário obriga-se a fornecer o objeto licitado, nas condições estabelecidas no edital e na Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição na nota de empenho, substitutiva do contrato.

21.5 Para a retirada da nota de empenho referida no item 21.1, o fornecedor beneficiário terá que comprovar documentalmente que o faz por meio de seu representante legal, com poderes para tal.

21.5.1 Será permitido o envio da nota de empenho por meio eletrônico (e-mail) ou via fax, desde que o fornecedor beneficiário acuse, por meio eletrônico (e-mail) ou documento oficial e no mesmo prazo estabelecido no item 21.1, o recebimento da mesma.

21.5.1.1 O fornecedor beneficiário deverá informar seu endereço eletrônico (e-mail) para fins do subitem anterior.

21.6 A nota de empenho da despesa terá força de contrato, conforme prevê o art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO XXII – DA FORMA DE PAGAMENTO

22.1 O pagamento será feito por intermédio de depósito em conta bancária do fornecedor beneficiário no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, acompanhada da nota de empenho, da ordem de fornecimento, bem como do termo de recebimento definitivo do objeto, emitido previamente pelo gestor, nos termos do inciso II, item 23.4 Capítulo XXIII não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos e o pagamento de fornecimentos não executados ou executados de forma incompleta.

22.2 Caberá ao fornecedor beneficiário apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades previstas no Capítulo XXVII.

22.3 As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade do fornecedor beneficiário.

22.4 Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal apresentada ou em caso de descumprimento pelo fornecedor beneficiário de suas obrigações e responsabilidades pertinentes a este edital, o prazo constante do item 22.1 poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

22.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor beneficiário não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo MUNICÍPIO, entre o término do prazo referido no item 22.1 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
I = i / 365 I = 6/ 100 / 365 I = 0,00016438
Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

22.6 Ainda os pagamentos estão submetidos as regras previstas no que couber aos artigos 159 e 160, do decreto Municipal 3927/2023.

CAPÍTULO XXIII – DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

23.1 O prazo de prestação dos serviços solicitados pelo MUNICÍPIO ao fornecedor beneficiário é de no máximo 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento da nota de empenho que deverá estar acompanhada da ordem de fornecimento.

23.3 O fornecedor beneficiário fornecerá o(s) produto(s) conforme a(s) marca(s) e especificação(ões) discriminada(s) em sua proposta, acompanhados de nota fiscal contendo os nomes, as marcas, os lotes de fabricação e seus respectivos quantitativos.

23.3.1 Por motivo de força maior e desde que seja do interesse do contratante, o fornecedor beneficiário poderá entregar um item cuja marca seja diferente daquela especificada na proposta. Essa poderá ser aceita pelo MUNICÍPIO após análise técnica.

23.3.2 Só será aceita a entrega de item de outra marca que comprove possuir o Certificado exigido no item 10.1.1.

23.3.3 Sob hipótese nenhuma, a troca de marca implicará em alteração do preço do item.

23.4 Efetivada a entrega, o objeto será recebido:

I. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

II. Definitivamente, pelo gestor do contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, mediante termo hábil, após verificação do relatório detalhado e da documentação apresentada pelos fiscais do contrato.

23.5 Constatadas irregularidades no material entregue, o MUNICÍPIO poderá:

I. se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo ao fornecedor beneficiário providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito;

II. se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo o fornecedor beneficiário fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

23.6 Ao MUNICÍPIO não caberá qualquer ônus pela rejeição de materiais considerados inadequados pelo gestor.

23.7 Independentemente da aceitação, o fornecedor beneficiário garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação do gestor.

CAPÍTULO XXIV - DA FISCALIZAÇÃO

24.1 Caberá aos gestores designados pela autoridade competente do Município promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços.

24.2 O fornecedor beneficiário deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-lo sempre que for necessário.

CAPÍTULO XXV – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

25.1 É vedado efetuar acréscimos ou supressões nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

25.2 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser alteradas nas hipóteses e condições estabelecidas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO XXVI - DA RESCISÃO

26.1 A inexecução total ou parcial de eventual ajuste que venha a ser firmado em razão da Ata de Registro de Preços poderá ensejar a rescisão do ajuste e o cancelamento do registro de preços do fornecedor beneficiário responsável pela inexecução, conforme disposto nos. artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

26.2 A extinção do ajuste poderá ser:

I. determinada por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II. consensual, por acordo entre as partes; ou

III. determinada por decisão judicial.

26.3 A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do MUNICÍPIO.

26.4 Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO XXVII – DAS PENALIDADES

27.1 A recusa injustificada da adjudicatária e/ou do fornecedor beneficiário em assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar a respectiva nota de empenho no prazo estabelecido nos itens 15.1 e 21.1 caracterizará o descumprimento total do compromisso assumido e

o(a) sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor total, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

27.2 Os fornecedores do cadastro de reserva que, na hipótese de aceitarem as convocações previstas neste edital e, posteriormente, recusarem-se a assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar a nota de empenho, ficarão também sujeitos às sanções referidas no item 27.1.

27.3 Caso a licitante e/ou o fornecedor beneficiário, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório, ficará sujeito(a) às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

27.3.1 Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a autoridade competente poderá:

27.3.1.1 aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da nota de empenho; e

27.3.1.2 determinar a rescisão unilateral do ajuste.

27.4 O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

27.4.1 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

27.4.2 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

27.4.3 0,25% (vinte e cinco centésimos porcentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo);

27.4.4 Findo o prazo do subitem 27.4.3 será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados no subitem 27.3.1.1

27.5 Ocorrendo alguma das hipóteses previstas nos itens 27.3 a 27.4 deste edital, a nota de empenho e a própria Ata de Registro de Preços poderão, a qualquer tempo, ser canceladas, sem prejuízo das demais sanções.

27.6 A multa, aplicada após regular processo administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pelo fornecedor beneficiário ou, em último caso, cobrada judicialmente.

27.7 Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à

administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

27.8 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO XXVIII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

28.1 Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico daniel@pmsjorge.pr.gov.br.

28.2 Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

> 28.2.1 A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

28.3 Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

28.4 Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico daniel@pmsjorge.pr.gov.br.

> 28.4.1 O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

28.5 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br e no Portal da Transparência do MUNICÍPIO para os interessados.

CAPÍTULO XXIX - DO REGIME DE EXECUÇÃO

29.1 O fornecedor beneficiário deverá fornecer o objeto a ele adjudicado, nas quantidades solicitadas pelo MUNICÍPIO, no prazo máximo de 15 (Quinze) dias corridos, após o recebimento da nota de empenho, que deverá estar acompanhada da ordem de fornecimento.

29.2 As ordens de fornecimento indicarão detalhadamente: local de entrega, prazo, órgão requisitante, especificações, quantidades, e todas as informações que se fizerem

pertinentes.

29.3 Caberá ao fornecedor beneficiário o recolhimento de materiais por ele fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

29.4 A comunicação entre o MUNICÍPIO e o fornecedor beneficiário se dará pelos e-mails administracao@pmsjorge.pr.gov.br ou compras@pmsjorge.pr.gov.br.

CAPÍTULO XXX - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

30.1 São obrigações do fornecedor beneficiário, além de outras previstas neste edital ou decorrentes da natureza do ajuste:

a. manter durante a execução deste ajuste as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

b. apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

c. efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste ajuste;

d. responsabilizar-se por todo o ônus relativo ao fornecimento, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino.

30.2 O fornecedor beneficiário responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução do ajuste.

30.3 O fornecedor beneficiário não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste decorrente da Ata de Registro de Preços a terceiros.

30.4 Não poderá o fornecedor beneficiário veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente ajuste, salvo autorização específica do MUNICÍPIO.

30.5 Aplicam-se ao ajuste decorrente da Ata de Registro de Preços as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CAPÍTULO XXXI - DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

31.1 O Município e o fornecedor beneficiário se obrigam a observar fielmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento

da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente ajuste.

31.2 O fornecedor beneficiário declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, nas situações em que houver o compartilhamento de dados pessoais pelo MUNICÍPIO, compromete-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação.

31.3 É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução deste ajuste para finalidade distinta daquela do objeto da presente contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

31.4 As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução deste ajuste, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o compartilhamento das informações a outras empresas ou pessoas, salvo o decorrente de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do presente ajuste.

31.5 O fornecedor beneficiário fica obrigado a comunicar ao MUNICÍPIO em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

31.6 Descumprimentos havidos em razão do uso inadequado ou ilícito em relação aos dados pessoais serão apurados conforme estabelecido neste ajuste e nos termos do que dispõem a Seção III, Capítulo VI e o art. 52 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

CAPÍTULO XXXII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

32.1 O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

32.2 Integram este edital os seguintes anexos: Anexo I – Termo de Referência; Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preços; e Anexo III – modelo de apresentação de proposta; ANEXO IV – Declaração Unificada.

32.3 Os atos normativos do Município referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico https://www.pmsjorge.gov.br e https://www.gov.br/compras/pt-br.

32.4 É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

32.5 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

32.6 As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do Pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

32.7 A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do Município no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

32.8 As limitações operacionais porventura existentes no Sistema Eletrônico Compras.gov.br decorrentes de imposições normativas restritas ao âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG, de que trata o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, não vinculam o Município, podendo ser adotadas medidas para a sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame.

32.9 Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

CAPÍTULO XXXIII – DO FORO

33.1 Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro São João, na cidade de São João, Paraná, com exclusão de qualquer outro.

São Jorge D'Oeste, xx de xxx de 2024

LEILA DA ROCHA
PREFEITA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

TR Nº 07/2024

Da: Departamento de Compras

Para: EQUIPE TÉCNICA DE LICITAÇÃO

DEFINIÇÃO DO OBJETO:

Solicitamos a abertura de processo licitatório modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** Modalidade **Registro de preços**, objetivando a futura ou eventual **contratação de empresa especializada na prestação de serviços para instalação e retirada de condicionador de ar conforme descrevem os itens, limpeza e higienização com a retirada do aparelho, manutenção, com fornecimento de gás e peças de reposição necessárias para conserto de condicionadores e cortinas de ar para diversas Secretarias do Município de São Jorge D'Oeste - Pr.**

DATA PREVISTA NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL:

Janeiro de 2024.

NATUREZA:

Comum.

QUANTITATIVO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD
1	1	SERVIÇO DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, CONSERTO DOS CONDICIONADORES DE AR COM RETIRADA DO APARELHO DE 9.000 BTU ATÉ 18.000 BTUS.	UND	150
	2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR DE 9.000 BTUS ATÉ 36.000 BTUS.	UND	40
	3	CAPACITOR 20 UF	UND	10
	4	CAPACITOR 25 UF	UND	10
	5	CAPACITOR 30 UF	UND	10
	6	CAPACITOR 35 UF	UND	10

7	CAPACITOR 40 UF	UND	10
8	CAPACITOR 45 UF	UND	10
9	CAPACITOR 50 UF	UND	10
10	COMPRESSOR 12.000 BTU	UND	10
11	COMPRESSOR 30.000 BTU	UND	5
12	GÁS R22KG	KG	30
13	GÁS R410KG	KG	30
14	TUBULAÇÃO ¼ X ½	MT	20
15	TUBULAÇÃO ¼ X 3/8	MT	20
16	MOTOR DE VENTILADOR DA CONDENSADORA DA SPLIT DE 9.000 A 18.000 BTU0	UND	10
17	HORA ESPECIALIZADA MAO DE OBRA CONSERTO	UND	120
18	CABO PP 2X1,5 MM	MT	100
19	CABO PP 4X1,5MM	MT	100
20	FILTRO PARA AR CONDICIONADO ATÉ 18.000 BTU	UND	20
21	PLACA CONTROLE ELETRÔNICO DO AR CONDICIONADO CBA 09 A	UND	5
22	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12000 BTU FRIO	UND	5
23	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12000 BTU QUENTE E FRIO	UND	5
24	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18000 BTU	UND	5
25	PLACA ELETRÔNICA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 9000 BTU	UND	5
26	PLACA ELETRÔNICA DO CONTROLE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT BE09F	UND	5
27	SUPORTE PARA CONDICIONADORES DE AR 400 MM	UND	10
28	SUPORTE PARA CONDICIONADORES DE AR 500 MM	UND	10
29	TUBO DE COBRE 1/2	MT	20
30	TUBO DE COBRE 1/4	MT	20
31	TUBO DE COBRE 3/8	MT	20
32	TUBO DE COBRE 5/8	MT	20
33	TUBO ESPONJOSO 1/2	MT	20
34	TUBO ESPONJOSO 1/4	MT	20
35	TUBO ESPONJOSO 3/8	MT	20
36	TUBO ESPONJOSO 5/8	MT	20
37	VALVULA DE SERVIÇO 1/2	UND	10
38	VALVULA DE SERVIÇO 1/4	UND	10

	39	VALVULA DE SERVIÇO 3/8	UND	10
	40	Compressor rotativo para ar condicionado SPLIT até 36.000 BTUS/H	UND	10
	41	Placa eletrônica ar condicionado tipo split 36000 btus	PÇ	5
2	42	CORTINAS DE AR: Voltagem: 220V – 60 Hz, com controles e acionamentos também via remoto. Com no mínimo as seguintes dimensões (CxAxP) 200x22x16 cm. Acompanhar: Controle remoto, cortina de ar, suportes para instalações em paredes e todo material necessário para instalação e funcionamento.	UND	3

PRAZO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO:

Ata de registro de preço e/ou documentos de empenho oriundos deste registro de preços terão validade de doze (12) meses da assinatura e/ou emissão de empenho. No caso de necessidade de fornecimento contínuo dos produtos/serviço, os contratos decorrentes deste REGISTRO DE PREÇOS poderão ter sua vigência e execução prorrogadas até o limite legal permitido, nos termos do artigo 84 da Lei 14133/2021. Caso da ata de registro de preços se gere um contrato, este seguirá as prorrogações previstas no artigo 107, da referida Lei.

FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

Conforme estudo técnico preliminar (ETP em anexo).

Justificativa para apuração por Lote:

Ante a necessidade de unicidade do objeto e da prestação do serviço, que compõem um conjunto de fatores para um único resultado final, ou seja, um item depende de outro para confecção quanto aos serviços, também é necessário compor o lote visando dar celeridade e eficiência, bem como economia.

Documentos técnicos:

N/A

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A presente demanda, dar-se-á, mediante a necessidade de realizar a instalação e manutenção em Condicionadores de Ar e Cortinas de Ar da Administração Pública Municipal de São Jorge D'Oeste, em todas as suas esferas. Tais manutenções podem ocorrer

de forma preventiva bem como corretivas, dentro da necessidade de cada secretaria.

Já dizia Jorge Ben Jor: "Moro num país tropical abençoado por Deus e bonito por natureza". E por toda sua tropicalidade, o Brasil é um país com temperaturas que merecem certa atenção, especialmente no verão. Não à toa, os aparelhos de ar-condicionado são indispensáveis para os diversos setores.

Além disso, é impossível negar o conforto de um ambiente refrigerado ou aquecido por um ar-condicionado inteligente. O ambiente fica muito mais agradável, melhora o bem-estar das pessoas que o frequentam e tem a capacidade, até, de diminuir o estresse.

Indo adiante em quesitos de conforto, alguns setores e departamentos o bom funcionamento do ar-condicionado é essencial e não de conforto, como é o exemplo da secretaria de saúde que dispõem de várias salas de armazenagem de vacinas, medicações e insumos que dependem de um clima controlado, evitando perdas e danos.

Da mesma forma, as secretarias que possuem servidores e sistemas de tecnologia avançados, dependem de espaços climatizados, evitando que tais equipamentos acabem danificados ou mesmo provocando acidentes, colocando em risco a segurança de servidores e usuários do sistema público.

LOCAL E FORMA DE ENTREGA E/OU EXECUÇÃO

Os itens, objeto desta licitação, deverão ser entregues sem ônus de entrega, de acordo com as instruções dadas pelas solicitações do Município de São Jorge D`Oeste/Pr. E fiscalizadas conforme os fiscais descritos no DFD em anexo.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

1 - Tratar as questões inerentes ao objeto com o fiscal do contrato, através do(s) responsável(is) técnico(s), não se admitindo aos demais empregados da CONTRATADA tratarem de questões técnicas com o fiscal do contrato, a não ser por iniciativa deste último;

2 - Responsabilizar-se por qualquer dano causado, por sua culpa ou dolo, a qualquer órgão

público, empresa privada ou pessoa física, não cabendo ao Município suportar qualquer ônus.

3 - Responder por quaisquer danos morais, materiais, patrimoniais e/ou pessoais causados ao

Município ou a terceiros, provocados ou negligenciados por seus profissionais e/ou prepostos,

culposa ou dolosamente, ainda que por omissão involuntária, não excluindo ou reduzindo essa

responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município;

4 - Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto do contrato, de acordo com as especificações determinadas no Processo de Registro de preços, assumindo a responsabilidade técnica pelos serviços prestados e pelos equipamentos/acessórios disponibilizados (quando for o caso);

5 - Além destas obrigações, ainda compete à CONTRATADA:

a) Executar/Entregar o objeto de acordo com as orientações do fiscal do contrato;

b) Responsabilizar-se, civil e ético-profissional e responder pela qualidade;

c) Substituir produtos, defeituosos ou executados em desacordo com as especificações e normas, não cabendo à firma executante o direito de indenização;

d) Providenciar a regularização de falhas, defeitos ou omissões definidas pela Fiscalização do Município.

e) O Município não possui relação de vínculo empregatício e de responsabilidade jurídica por qualquer ação ou indenização de atos feitos por funcionários da contratada bem como relação de indenização por falhas na execução da jornada de trabalho executada pela contratada.

PRAZO DE ENTREGA:

12 Meses podendo ser prorrogado.

RECEBIMENTO PROVISÓRIO:

O recebimento dos produtos, a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato, será de responsabilidade será efetuado pelo servidor Wilson José da Silva, cujo CPF sob o nº 906.153.529- 87, a Divisão de Almoxarifado, Telefone (46) 3534 8077, a fim de verificar a conformidade dele com as especificações técnicas dispostas no mesmo.

Os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato citados acima, procederão ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no instrumento contratual que será firmado.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, ainda que resultem de condições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da administração e de seus agentes e prepostos.

PRAZO DE ENTREGA DEFINITIVO:

Ocorre com a aceitação serviço pelo gestor do contrato, o que deverá estar em conformidade com as especificações descritas na requisição/empenho e termo de referência do processo de aquisição.

REGRAS GERAIS:

Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado e comprovado que o produto/serviço não corresponde às especificações constantes na proposta ou apresente algum defeito, será o mesmo devolvido ao contratado, obrigando-se este a sanar/substituir imediatamente, sem quaisquer ônus para esta Administração e sem prejuízo das sanções previstas no presente edital. Na entrega serão verificadas quantidades e especificações conforme descrição na requisição. O proponente vencedor deverá entregar, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços/contrato, a mesma espécie do objeto apresentado na proposta. À empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada,

sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas. A contratada deverá manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços/contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

Os produtos, objetos desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega) de acordo com as solicitações das Secretarias Municipais, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após o recebimento da nota de empenho, seguindo rigorosamente as quantidades solicitadas, mediante autorização contida nas respectivas Ordens de Compra.

Os equipamentos serão recebidos provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta. Os equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Independentemente da aceitação, o adjudicatário garantirá a qualidade das refeições, no caso de divergências não adequadas serão aplicadas as sanções previstas neste edital e legislação vigente.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal, acompanhada pela ordem de serviços (quando houver), devidamente assinada pelo fiscal designado pelo Município e acompanhada ainda das CND's FGTS, TRABALHISTA e FEDERAL e após o recebimento definitivo do objeto, através de transferência eletrônica para a conta bancária da CONTRATADA indicada pela mesma.

Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.